

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ECONOMIA**

LEANDRO TAVARES DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DE RIQUEZA (E POBREZA) NA AMERICA LATINA NOS
ULTIMOS 30 ANOS**

**VITORIA DA CONQUISTA-BA
2009**

LEANDRO TAVARES DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DE RIQUEZA (E POBREZA) NA AMERICA LATINA NOS
ULTIMOS 30 ANOS**

Monografia apresentada ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em economia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Gildásio Santana Júnior

**VITORIA DA CONQUISTA-BA
2009**

LEANDRO TAVARES DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DE RIQUEZA (E POBREZA) NA AMERICA LATINA NOS
ULTIMOS 30 ANOS**

BANCA EXAMINADORA

Gildásio Santana Júnior
Orientador

Antonio Andrade Leal
Examinador

Darci Rodrigues Alves
Examinador

**VITORIA DA CONQUISTA-BA
2009**

AGRADECIMENTOS

À minha família agradeço pelo carinho, apoio e compreensão. Sem mais palavras, pela existência de vocês que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos Profs. Marco Antonio e Andréa Braz por todas as oportunidades, pelo apoio, pela formação teórica e orientações iniciais deste trabalho.

Ao querido Prof. Gildásio pelas orientações, pelo acompanhamento, pela paciência, e pela presteza que sempre apresentou em todos os momentos.

Ao Prof. Moisés pela confiança, pelo apoio, pela oportunidade me dada nesta reta final do curso, que foi fundamental para a minha conclusão acadêmica.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas a mim no período de minha vida acadêmica a UESB.

“Não basta que o pensamento procure realizar-se; a realidade deve igualmente compelir ao pensamento”. (Marx, 2006, p. 152)

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de analisar a dinâmica do fenômeno da pobreza na América Latina nos últimos 30 anos. Empenhou-se no estudo sobre a problemática, porque a pobreza na América Latina não se reduziu mais acentuadamente, sobretudo através das políticas do Banco Mundial, de 1976 a 2006? Para isso, a análise portou-se da hipótese de que tal fato não aconteceu devido ao foco dado pelas políticas de redução das mesmas concentrar-se nas manifestações empíricas e não em suas principais causas. Para isso a investigação lançou mão dos aportes teóricos de Smith, Marshall e Marx sobre as relações existentes entre o crescimento econômico, os mecanismo de mercado, a dinâmica capitalista, com os fenômenos da pobreza; utilizou-se também do estudo sobre as formas de mensuração da pobreza no continente, e por ultimo, do estudo a cerca dos conceitos de pobreza e recomendações do Banco Mundial, para a região, em 1990, 2000 e 2006. Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica, análise documental e análise comparativa. Os resultados apontaram que, as políticas implementadas na América Latina visando à redução da pobreza estiveram amparadas nas idéias liberais de Smith, Marshall e Sen, e que assim elas não trabalharam apenas com as manifestações empíricas da pobreza. O estudo indicou também que os conceitos de pobreza do Banco Mundial no período analisado se modificaram, assim como suas orientações econômicas e sociais, e a importância dada à categoria pobreza em suas recomendações. No entanto, seguindo o referencial teórico marxista a monografia acredita na possibilidade de a dinâmica da produção/reprodução capitalista ter interferido nos resultados dessas políticas.

Palavras-chave: pobreza, América Latina, políticas, Banco Mundial.

ANEXOS

Anexo 1 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial no ano de 1990 (capa).....	83
Anexo 2 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 1990 (sumário – parte 1).....	84
Anexo 3 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 1990 (sumário – parte 2).....	85
Anexo 4 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2000/2001 (capa)....	86
Anexo 5 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2000/2001 (sumário – parte 1).....	87
Anexo 6 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2000/2001 (sumário – parte 2).....	88
Anexo 7 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2006 (capa).....	89
Anexo 8 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2006 (sumário – parte 1).....	90
Anexo 9 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2006 (sumário – parte 2).....	91

SUMÁRIO

RESUMO.....	V
INTRODUÇÃO.....	09
1. A RIQUEZA E A POBREZA PARA SMITH, MARSHALL E MARX.....	12
1.2. A problemática para Smith.....	13
1.2.1. Sua obra.....	13
1.2.2. A divisão do trabalho e o mercado.....	14
1.2.3. O trabalho, o lucro e a renda da terra.....	16
1.2.4. Uma análise geral.....	19
1.3. A pobreza e a riqueza para Marshall.....	20
1.3.1. Porque Marshall?.....	20
1.3.2. Suas idéias.....	22
1.3.3. Uma sinopse sobre as idéias de Marshall.....	24
1.4. A problemática para Marx.....	25
1.4.1. Sobre suas idéias.....	25
1.4.2. O processo de exploração.....	27
1.4.3. Uma visão global sobre o pensamento do autor.....	36
1.5. Smith, Marshall e Marx: convergências e divergências.....	38
2. FORMAS SE MENSURAR A RIQUEZA E A POBREZA.....	40
2.1. Formas de Mensuração.....	40
2.1.1. Carência Alimentar.....	41
2.1.2. Necessidades básicas insatisfeitas.....	43
2.1.3. IDH.....	44
2.1.4. Pobreza relativa e subjetiva.....	45
2.1.5. Desigualdade.....	46
2.1.6. A curva de Lorentz e o Índice de Gini.....	48
2.2. As formulações de Amartya Sen.....	49
2.2.1. Funcionamentos, capacidades e liberdades.....	49
2.2.2. Críticas ao modelo de Sen.....	54
2.3. Um debate a cerca das formas de mensuração e suas relações com os arcabouços teóricos de Smith, Marshall e Marx.....	55
3. O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA NA AMERICA LATINA.....	59

3.1. O Banco Mundial.....	63
3.2. O relatório de 1990.....	65
3.3. O relatório de 2000-2001.....	69
3.4. O relatório de 2006.....	72
3.5. Sintetizando os relatórios.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERENCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

Desde o início do capitalismo, verifica-se um intenso progresso material na sociedade, de maneira progressiva e cumulativa, o atendimento das necessidades humanas vai obtendo êxito fazendo com que as possibilidades de bem-estar sejam ampliadas; no entanto, concomitante a este processo, observa-se também um aumento das desigualdades sociais e a persistência da pobreza. Situação que se potencializa nos momentos de crise do capital, pois comprometem as taxas de acumulação e o lucro, principais engrenagens do sistema capitalista.

Desde finais da década de 1960, o mundo passou por uma grave crise financeira que ocasionou sérios impactos sobre as economias periféricas como foi o caso da Crise da Dívida Externa nos anos oitenta do século passado. A elevação abrupta das taxas de juros da economia norte-americana provocou queda na liquidez no restante do mundo como se pode exemplificar no México, 1994; Ásia, 1997; Rússia e Brasil, 1998; Equador, 1999; Turquia, 2000 e Argentina 2001 o que fez os países modificarem suas estratégias de desenvolvimento, ocasionando profundas conseqüências sociais, sobretudo pelo aumento da pobreza.

A partir das concepções do neoliberalismo, diversas reformas estruturais foram colocadas em práticas no sentido de retomar o crescimento econômico e superar os problemas sociais. Referência a esse momento as teses do chamado “Consenso de Washington”, que orientavam economias que buscassem, entre outras coisas, a disciplina fiscal, o redirecionamento da despesa pública para os gastos com educação, com a saúde, e com infra-estrutura, como também liberalização do comércio. Nesse contexto, adquirem também destaque as orientações do Banco Mundial no sentido de combater a pobreza no mundo, sobretudo na América Latina.

Primeiramente o Banco Mundial enfocou a pobreza, através do relatório de 1990, como incapacidade de se atingir um padrão de vida mínimo, sugerindo a adoção de assistência social e a busca pelo crescimento econômico. Posteriormente, definiu a pobreza como um fenômeno multifacetado produzido por fenômenos econômicos, políticos e sociais, sugerindo esforços no aumento das liberdades e capacidades dos indivíduos. Em seguida, no ano de 2006, sob o título de Redução da Pobreza e Crescimento, este trata a pobreza como um empecilho ao crescimento da região, compreendendo-a não mais como um resultado do crescimento econômico, mas como um obstáculo a ele.

No entanto, mesmo após várias tentativas de se reduzir a pobreza, tal problema ainda persistiu nas últimas três décadas, sendo que em 2006 segundo dados estimados da CEPAL, 38,5% da população latino-americana ainda eram considerados pobres, o que representava que a cada 10 indivíduos, 4 eram considerados pobres, aproximadamente. Assim, pode-se visualizar que a pobreza, no que pese atenção de acadêmicos, organismos multilaterais e dos governos das nações, é um dos problemas mais graves e persistentes no continente. Logo, tal fato justifica a elaboração deste trabalho, já que tem sido isso não só um problema para os desenvolvedores de políticas econômicas, mas também para as nações, para os acadêmicos e mais principalmente para os indivíduos que sofrem com esse malogro.

A hipótese trabalhada nesta monografia indica que o insucesso das políticas de combate à pobreza nos últimos 30 anos na América Latina deve-se ao fato das mesmas se concentrarem nas manifestações empíricas e não nas suas principais causas. A consequência disto, é que elas se caracterizam com altas doses de prescrição de mecanismos para inserir um tipo ideal de capitalismo, buscando inserir exclusivamente mecanismos de mercado na produção e distribuição da riqueza. Assim, tais políticas minimizam o papel do Estado e potencializam as ações assistencialistas.

Para responder à problemática e analisar a validade da hipótese sugerida esta investigação utiliza o aporte teórico de Marx sobre a dinâmica econômica capitalista. Dessa forma, analisam-se o conteúdo e os resultados das políticas de redução da pobreza na América Latina, principalmente as aplicadas pelo Banco Mundial.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram revisão bibliográfica, análise documental e análise comparativa. Para o cumprimento dos objetivos do primeiro capítulo foi utilizada uma revisão bibliográfica (Salama e Destremau, Sen, Medeiros, etc.) acerca dos aportes de Smith, Marshall e Marx sobre o tema; no segundo capítulo se utilizou também uma revisão bibliográfica visando observar os conceitos e as formas de mensuração de pobreza para o continente; para o terceiro capítulo se utilizou de uma análise documental sobre os relatórios de 1990, 2000 e 2006 do Banco Mundial; e por último uma análise comparativa acerca dos três capítulos de modo a se buscar os resultados da monografia.

Para analisar a persistência da pobreza na América Latina, além desta introdução a monografia foi estruturada em mais três capítulos. No primeiro capítulo, se estudará os aportes teóricos de Smith, Marx e Marshall traçando um comparativo entre eles. No segundo capítulo também por revisão bibliográfica são analisadas sete formas de

mensuração da pobreza a partir das concepções de Carência Alimentar, Necessidades Básicas Insatisfeitas, IDH, Pobreza Relativa e Subjetiva, Desigualdade, Curva de Lorenz e Índice de Gini, a pobreza dentro das perspectivas dos funcionamentos, das capacidades e das liberdades.

O terceiro capítulo realizará um cotejo entre as formulações teóricas utilizadas nos capítulos anteriores e a realidade empírica da economia latino-americana, no intuito compreender o insucesso das tentativas de se reduzir a pobreza na região. Sendo realizada uma análise dos três relatórios da Instituição, Pobreza (1990), Luta Contra a Pobreza (2000-2001), e A Redução da Pobreza e o Crescimento: círculos virtuosos e viciosos (2006). E por fim serão expressas as considerações finais acerca dos resultados da monografia.

1. A RIQUEZA E A POBREZA PARA SMITH, MARSHALL E MARX

A partir de 1970 se iniciou nas economias centrais um período de grandes transformações sociais e econômicas, marcado pela ascensão de um novo paradigma econômico em substituição ao que já existia, aproximadamente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial em que o Estado apareceu como principal agente do desenvolvimento econômico. Nesta nova fase da economia, o Estado perde essa capacidade devido a uma grave crise financeira passando ao mercado o papel de promovedor do desenvolvimento econômico, o que sem dúvida exigiu novos mecanismos de funcionamento, novas estruturas e novas Instituições.

No caso da América Latina, esse contexto de crise e modificações ganha maior nitidez entre o período de 1980 e 1990, ocasionando na região a piora das condições de bem-estar. Segundo a CEPAL (2006 apud REIS 2006) 40,5% dos latino-americanos eram considerados pobres em 1980, compreendendo cerca de 136 milhões de pessoas, passando na década de 1990 para 48,3% da população, com aproximadamente 200 milhões de pessoas. Como pode se perceber na tabela abaixo:

Incidência da pobreza e da indigência na América Latina – 1980-2006

ANOS	POPULAÇÃO POBRE ⁽¹⁾		POPULAÇÃO INDIGENTE	
	Percentual	Pessoas	Percentual	Pessoas
1980	40,5	136,0	18,6	62,4
1990	48,3	200,2	22,5	93,4
1994	45,7	201,5	20,8	91,6
1997	43,5	203,8	19,0	88,8
1999	43,8	211,5	18,5	89,4
2000	42,5	207,1	18,1	88,4
2001	43,2	213,9	18,5	91,7
2002	44,0	221,4	19,4	97,4
2003	44,3	226,0	19,2	98,0
2004 ⁽²⁾	42,0	217,0	16,9	90,0
2005 ⁽²⁾	39,8	209,0	15,4	88,0
2006 ⁽³⁾	38,5	205,0	14,7	79,0

Fonte: CEPAL (2006), Panorama Social da América Latina 2006 *apud* REIS (2006)

- (1) Pessoas em domicílios em situação de pobreza; inclui a população em situação de indigência;
- (2) Estimativa correspondente a 19 países na região;
- (3) Dados estimados.

Tal situação decorreu da fragilização do Estado, pois sem acessos aos recursos que possuía em décadas anteriores, não conseguiu mais manter o mesmo dinamismo

que tinha anteriormente sustentando os níveis de investimento e consumo de sua população.

Dessa forma, o continente latino-americano estaria amarrado dentro de uma nova estrutura de funcionamento cujo Estado não seria mais o principal protagonista do desenvolvimento econômico, mas o mercado. Esta nova estrutura passou a ser chamada de neoliberalismo, em alusão a uma nova forma de pensar. No entanto, condizente com uma doutrina utilizada em tempos passados, cujo foco estava na liberdade individual, na democracia representativa, no direito inalienável à propriedade, na promoção da livre iniciativa e de condições para a livre concorrência. Mas em que consiste o neoliberalismo? Quais as formulações teóricas que estão por trás dele?

Assim, para responder a tais questões, nada melhor, portanto, que o estudo sobre o pensamento clássico para entender as bases que originaram essa nova forma de pensamento econômico, e sua relação sobre o fenômeno da pobreza na América Latina. Ou seja, esta parte inicial do trabalho se dedicará ao entendimento dos aportes fundamentais para a construção dessa nova realidade econômica construída na América Latina, e dentro dessa estrutura entrará, portanto, o estudo acerca das concepções sobre o capitalismo e a pobreza na visão clássica através de Smith e na neoclássica sob a perspectiva de Marshall.

No entanto, será vista ainda nesse primeiro capítulo uma análise diferente sobre o crescimento econômico, o funcionamento de mercado e do próprio capitalismo. Estudar-se-á as formulações de Marx sobre o tema, numa perspectiva de contraponto às idéias apresentadas por Smith e Marshall.

O representante da escola clássica e o representante da escola neoclássica possuem uma visão otimista sobre os três elementos citados para promoção do bem-estar social para a população ao contrário em Marx se verá que a pobreza é uma consequência inevitável do próprio funcionamento do capitalismo, e não somente isso, mas também uma condição preexistente, através de baixos salários, para que o sistema econômico sobreviva, mesmo que se percebam em algum momento histórico fatos contrários a essa lógica. Ou seja, para ele a exploração do trabalho faz parte da essência do capitalismo e, portanto, a busca pela redução do valor do salário pago ao trabalhador, para o exercício adequando do sistema.

E será nesse sentido que este capítulo fará uma discussão sobre os aportes teóricos de Smith, Marshall e Marx em busca do entendimento sobre funcionamento do

capitalismo e quais as suas implicações, de maneira geral, no que diz respeito à problemática da pobreza para os países inseridos na lógica capitalista de produção.

1.2. A problemática para Smith

1.2.1. Sua obra

Filho de uma de classe social alta na época, Adam Smith ingressou na Universidade de Glasgow em 1737, contudo, antes de terminar os estudos de clássicos greco-romanos, matemática, teologia e filosofia, foi convidado a terminar a faculdade em Balliol College, em Oxford. Em 1759 publicou seu primeiro livro, Teoria dos Sentimentos Morais; sua principal obra, no entanto, ainda estaria por chegar, com a publicação de A Riqueza das Nações, em 1776. Embora sem muito alarde no momento inicial de sua publicação, sem dúvida alguma A Riqueza das Nações foi uma das obras mais influentes dentro da história econômica.

A Riqueza das Nações inaugurou uma nova era na ciência econômica marcada pelo enfoque científico, apresentou uma teoria do crescimento econômico, como sendo fruto direto da produtividade; e a dinâmica do modelo, resultado de um processo de causalidade circular cumulativa, que consiste a produtividade gera aumento do estoque de capital, que por sua vez inflaciona os salários, que aumenta o tamanho do mercado e incentiva um novo tempo de produtividade, e acaba gerando um novo de acumulação.

Dois fatores para Smith também são essência para o crescimento da economia, o primeiro deles trata-se da propriedade, pois que, os países deverão ter leis que garantam o direito de propriedade dos investidores do país, e o segundo fator é a extensão do mercado, que diretamente no aumento da produtividade da nação.

A também se destaca pelo seu caráter filosófico, que rompe com o jus naturalismo, um conjunto de idéias muito predominante na época; e utilizando-se a partir de então o empirismo como método de análise da ciência econômica e o individualismo como elemento chave do sucesso do crescimento econômico. Assim, o interesse individual agiria determinando a divisão do trabalho e a acumulação de capital que produziria o crescimento econômico e o bem-estar coletivo.

No período em que viveu Smith, o crescimento acelerado da economia britânica, fez ele também elaborar uma idéia de que o lucro não estava diretamente (ou indiretamente) relacionado com a renda da terra, mas na alocação de capital, e que as

taxas de lucro tinham papel direto na orientação dos investimentos. Assim então foi sua obra, marcada por um grande ecletismo de idéias, um revolucionário domínio da realidade dentro da ciência econômica, a criação de elementos-chaves e a busca por causas para o entendimento do fenômeno chamado crescimento econômico.

1.2.2. A divisão do trabalho e o mercado

Smith possui a sua concepção de riqueza fundamentada na produção de mercadorias e para ele a divisão do trabalho possui um papel fundamental na análise. Para o autor, é visível como a produção dos bens é aumentada através da especialização do trabalho, pois um operário que tenha que produzir sozinho todo um bem não terá destreza suficiente como no outro caso, o tempo será desperdiçado com a troca de uma atividade para outra, e a especialização que induz o processo produtivo a criação de máquinas que aceleram a produção de mercadorias, não será realizada.

Do mesmo raciocínio pode-se deduzir que, um país que não tiver a divisão do trabalho desenvolvida será considerado pobre já que produzirá menos bens, já que os trabalhadores demorarão mais tempo para sua produção, consequência da falta de destreza, desperdício de tempo e pela ausência de máquinas que facilitem a produção. Por outro lado, podemos ver o estudo sobre a riqueza na obra de Smith dentro de um ponto de vista mais afinado que, apesar da riqueza ser considerada para ele acúmulo de mercadorias, a mesma não pode ser exercida sem o trabalho, e a eficiência sobre ele é o que gera o acúmulo de mercadorias.

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo, que geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que de outra forma, teria que ser feito por muitas. (SMITH, p. 43, 1983)

Mas este acúmulo não é gerador de riqueza para uma nação, mas a troca dessas mercadorias com as outras nações é que lhe fará rica, já que um país sozinho não é capaz de produzir a si mesmo todos os bens e serviços de que necessita, mas só com a troca desses produtos por outros é que haverá maiores chances de satisfação de suas

necessidades; daí, portanto, a necessidade de acumulação já que havendo maior permuta, maiores serão as realizações das necessidades. Assim, o objetivo principal das nações não é a produção de mercadorias, mas a satisfação de necessidades.

Falando sobre as trocas de mercadorias entre os homens, Smith diz:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior possibilidade de obter o que quer se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhe que é vantajoso para eles fazer-lhe aquilo do que precisa. (SMITH, p. 50, 1983)

E, se a riqueza é considerada acúmulo de mercadorias e elas são os meios de troca para a satisfação das necessidades logo, riqueza é a satisfação delas. Mas se nenhuma nação consegue supri-las sozinha, então é preciso trocar mercadorias com outras nações para a satisfação de suas necessidades, assim é intrínseca a elas a tendência a troca e a permuta. E como essa troca é feita através do mercado, a presença dele torna-se essencial para as nações para a bonança de sua população.

Não sendo possível a um país atender individualmente sua própria demanda, deverá realizar trocas com outros países, mas tais nações não podem produzir as mesmas mercadorias porque dessa forma não haverá a troca. Assim para que haja a permuta e a realização das necessidades, as nações deverão especializar-se na produção de determinado bem ou serviço e, essa especialização conduzirá as nações à opulência. Ou seja, a especialização mundial é fato inexorável motivado pelo desejo das nações em satisfazer suas necessidades.

Assim como por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho. (SMITH, p. 50, 1983)

A especialização do trabalho, contudo, tem seus limites, que esbarram na extensão do mercado, conclusão lógica já que é ele que determina a quantidade de produtores e compradores (ou vice-versa), e dessa forma quanto menor o mercado, menor a divisão do trabalho. Mas se a divisão do trabalho é o principal determinante da riqueza das nações e este é limitado ao tamanho do mercado, na visão de Smith, a

riqueza é determinada pelo tamanho do mesmo. Ou seja, enquanto maior o mercado, maior será divisão do trabalho e, portanto, maior a riqueza produzida.

Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa o consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio da qual tem necessidade. (SMITH, 1983, p. 53)

Em suma, o fator principal para a produção da riqueza das nações é a especialização do trabalho, mas como é limitada ao tamanho do mercado e a divisão do trabalho é algo comum aos seres humanos e à sociedade, a busca dos países para o aumento da riqueza passa a ser não mais pela especialização do trabalho já que esta vem naturalmente, mas pelo aumento do mercado. Quanto maior ele, maiores serão as chances dos países satisfazerem suas necessidades e se tornarem ricos.

1.2.3. O trabalho, o lucro e a renda da terra

Outro fato apresentado por Smith (1983) é que a acumulação de mercadorias nas mãos de algumas pessoas provoca o desdobramento do produto do trabalho em partes que são divididas de acordo com o grau de desenvolvimento das nações. Outrora, todo o valor do produto voltava às mãos daquele que o produzia, mas a partir do momento em que acumulação deu origem a propriedade privada e as condições para que ele pudesse comprar o trabalho de outras pessoas, o valor produzido pelo trabalho passou a ser também entregue às pessoas que possuíam propriedade e condições para comprar o trabalho de alguém.

No momento em que o patrimônio ou o capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferirem lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. (SMITH, 1983, p. 79)

O trabalhador a partir desse momento não produz a mesma quantidade que produzia anteriormente, mas produz para ele e para aquele que comprou o seu trabalho. Produz mais. Terá que produzir também para o dono da terra, pois é ele quem ao empresário aluga a terra, dessa forma o produto do trabalho na situação é dividido em

salários, lucros e renda da terra. Pois o trabalhador produz para ele, para o empresário e para o proprietário da terra.

Em toda sociedade, o preço de qualquer mercadoria, em última análise, se desdobra em um ou outro desses fatores, ou então nos três conjuntamente; e em toda sociedade evoluída, os três componentes integram, em medida maior ou menor, o preço da grande maioria das mercadorias. (SMITH, 1983, p. 79)

Percebe-se assim o papel central do trabalho dentro da análise, pois é ele que produz todos os valores das mercadorias existentes na sociedade, úteis tanto para os trabalhadores quanto para aqueles que não produzem valor. E assim se pode enxergar uma sociedade dividida em trabalhadores, empresários e donos da terra, tendo as mercadorias como mediadora do pagamento das partes a cada um. Ou seja, após um bem ser produzido ele é vendido no mercado, o preço do mesmo deve ser suficiente para a remuneração de cada classe.

Mas o preço de cada mercadoria vai depender das condições de sua oferta e demanda no mercado. Smith diferencia duas coisas, o preço natural e o preço de mercado, para ele, preço natural é o preço do produto estritamente necessário e suficiente ao pagamento do trabalho, e quando for o caso, do lucro e da renda; já o preço de mercado é aquele motivado pelas condições de oferta e procura da mercadoria. Assim, se o preço vendido no mercado for igual ao pagamento dos três fatores de produção, trabalho, capital e renda, temos o preço de natural igual ao preço de mercado.

Mas se o preço da mercadoria for maior que o preço natural, evidentemente depois de uma maior demanda pelo produto ou uma menor oferta, alguém, ou o trabalhador, ou o empresário, ou o dono da terra estará adquirindo uma remuneração maior do que a devida e, se o preço de mercado esteve menor do que o preço natural, algum fator de produção ou não será remunerado, ou remunerado insuficientemente. Mas Smith coloca que geralmente o dono da terra é o menos afetado por qualquer perturbação do preço do bem no mercado.

As flutuações ocasionais e temporárias no preço de mercado de uma mercadoria recaem principalmente sobre as partes ou componentes de seu preço que consistem nos salários e no lucro. A parte que consiste na renda fundiária é menos afetada por tais variações (SMITH, 1983, p. 86)

Se, o dono da terra o menos afetado com as variações do preço do mercado, então ficará para o trabalhador e o empresário a briga pela fatia que se destina a eles, principalmente quando o preço de mercado estiver abaixo do preço natural. Para Smith haverá uma disputa muito grande, pois um lado sempre procurará ganhar mais que o outro, assim, “os trabalhadores desejam ganhar o máximo possível, os patrões pagar o mínimo possível. Os primeiros procuram associar-se entre si e levantar os salários do trabalho, os patrões fazem o mesmo para baixá-los. (SMITH, 1983, p. 92)

Esse antagonismo, contudo, entre os trabalhadores e os patrões não se limita apenas à disputa pelo excedente das mercadorias, mas parece estar incluído de forma sistêmica dentro desse processo de produção do valor, pois o excedente aplicado pelo empresário demanda empregos, com o aumento deles, diminuirá a oferta dos trabalhadores no mercado de trabalho e fará com que aumente os salários, e este aumento promoverá a redução dos lucros. O autor vê nisso um lado bom, pois para ele, “nenhuma nação pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis”. (SMITH, 1983, p. 101)

É evidente então, dentro dessa análise, que os trabalhadores na disputa pelo excedente com os empresários serão inexoravelmente os ganhadores, pois os investimentos conduzirão a uma menor oferta de trabalhadores que por causa disso terão seus vencimentos aumentados. Contudo, aproveitando-se de uma das causas naturais da divisão do trabalho, a produção de máquinas, os empresários criam uma oposição a essa tendência que fazia de seus esforços para a ampliação de seu capital serem vão, ou inviáveis. Para Smith,

A mesma causa que faz subir os salários do trabalho, ou seja, o aumento do capital, tende a aumentar as forças produtivas do trabalho e fazer com que uma quantidade menor de mão-de-obra produza uma quantidade maior de trabalho. O dono do capital, que emprega um grande número de trabalhadores, necessariamente procura, para sua própria vantagem fazer a divisão e distribuição adequada do emprego, que possam produzir o máximo de trabalho possível. Pela mesma razão, ele procura colocar-lhes à disposição as melhores máquinas que tanto ele como os trabalhadores possam imaginar. (SMITH, 1983, p. 107)

É por isso que não se vê, dentro do modelo, desestímulo para a busca dos lucros pelos empresários já que, em outra situação tudo isso não faria sentido. Mas achando meios de reverter desvantagem que tinha outrora, o patrão encontra também a motivação que lhe faltava para perseguir continuamente a ampliação de seu capital. E a

utilização das máquinas e a criação de outras ainda mais eficientes passam a ser um dos pilares da economia de mercado que busca incessantemente o lucro e a vantagem sobre o trabalhador, em relação à forma de se apropriar o valor.

1.2.4. Uma análise geral

Foi visto, portanto, que dentro do modelo de Smith o fator que desmotivaria a produção de mercadorias foi superado, a queda da taxa de lucro com o aumento dos salários. O empresário buscando reverter essa tendência emprega eficientemente melhor a força de trabalho, e introduz a maquinaria como forma de produzir mais com menor número de mão-de-obra. Assim, a limitação existente no antagonismo entre trabalhadores e empresários no processo produtivo desaparece, permanecendo uma visão otimista da sua teoria do crescimento econômico.

Teoria esta que tem como elemento principal o trabalho, que sobre ele incidirá inúmeras maneiras de melhor aproveitá-lo para produzir mais mercadorias, uma realidade dentro da sociedade capitalista. Para o autor a riqueza é tratada como sinônimo de produção de mercadorias, que possui relação direta com a divisão do trabalho e a especialização das nações na produção de determinados tipo de bens, que se limita à extensão do mercado, fundamental para a satisfação das necessidades. Ou seja, para Smith o tamanho do mercado e a divisão do trabalho são fundamentais para o aumento da riqueza e a satisfação das necessidades.

Entende ele também que dentro da realidade capitalista a riqueza produzida é apropriada nas formas de salário, renda e lucro, respectivamente pelos trabalhadores, donos das terras, e capitalistas. Os proprietários das terras, todavia se apropriam mais tranquilamente do trabalho produzido, no entanto fica para os trabalhadores e capitalistas a briga pela apropriação da riqueza gerada, que assim estarão sempre em constante conflito, ambos buscando sempre o melhor para si.

Assim, a teoria do crescimento econômico para Smith pode ser vista de duas formas, observando a produção de riqueza sob a ótica de uma nação se perceberá que o seu desenvolvimento estará ligado à forma como ela está inserida no mercado, primeiro se este é grande o suficiente para satisfazer as necessidades dos países, e segundo se está bem definida a especialização do trabalho na economia; sob a ótica do trabalho e sua apropriação, verá que uma parte da riqueza produzida pelo trabalhador de destinará ao pagamento da renda da terra, e a outra para a remuneração dos salários e dos lucros,

sendo que quanto maior a produção de mercadorias, maior será a riqueza apropriada entre as diferentes classes

Entende-se assim, que será pobre dentro da visão de Smith a nação que não tiver desenvolvido a especialização do trabalho de forma a produzir a maior quantidade de mercadorias possível e se esta não se inserir num mercado suficientemente grande de modo a atender eficazmente suas necessidades e, conseqüentemente as dos demais países. Assim ficam como elementos chave dentro de seu modelo: a especialização do trabalho e o tamanho do mercado, como determinantes diretos do crescimento das riquezas dos países.

1.3. A pobreza e a riqueza para Marshall

1.3.1. Porque Marshall?

Poderiam ser escolhidos para este trabalho tantos outros autores neoclássicos para formar uma discussão a respeito do problema da pobreza, mas a escolha se deve não “só” ao fato de Marshall ser considerado o “chefe da escola neoclássica de Cambridge”, ou porque foi o autor que matematizou os pensamentos de Smith e Ricardo, ou como gostam de comentar, uniu o pensamento clássico à escola marginalista, mas também um interesse grande pelo estudo da pobreza.

A indagação freqüente sobre a necessidade de pobres para a existência da riqueza trouxe-lhe a idéia de que a pobreza não somente era fundamental para o estudo das ciências econômicas, mas era a razão de ser da própria ciência. Ou seja, para ele deveria ser objeto primordial dentro da economia o estudo sobre a pobreza das populações e descobertas de encontrar formas de solucionar esse problema. No entanto, o estudo sobre a pobreza, ao longo da historia do pensamento econômico, não foi objeto principal da ciência econômica.

Era bastante curiosa também, embora não faça parte do foco de estudo deste trabalho, a simpatia que o autor possuía por algumas idéias marxistas ao longo de sua vida acadêmica, já que todos os seus trabalhos pouco tinham a ver com as idéias de Marx, chegando, talvez a ser a própria antítese da teoria marxista, ou vice-versa. Tão divergentes eram as idéias de Marx e as de Marshall que sempre haviam discussões um pouco aquecidas, ainda que algumas idéias se convertessem para um ponto comum.

O autor acabou concordando ao longo do tempo, o que de certa forma negava em parte suas teorias, que a pobreza derivava de baixos salários e que eles (os salários) nada tinham a ver com a produtividade e sim com a existência de um “exercito industrial de reserva”, termo utilizado dentro da concepção marxista que designa um grupo de trabalhadores à espera, e prontos para serem utilizados assim que surgir vagas no mercado de trabalho.

Além disso, ele possuía a concepção de que o trabalhador sempre estaria perdendo dentro da negociação trabalhista com o patrão, pois entendia que ele sempre vendia sua força de trabalho a um baixo preço, devido ao medo de perder seu emprego para o próximo, que esperava pela vaga no “exército indústria de reserva”. (MARSHALL, 1983, p. XXXIX - XL). Essa idéia realmente surpreende já que sua teoria se sustentava dentro de uma realidade copernicana, em que todas as variáveis sempre estariam sobre o mesmo plano, e que a tendência dos elementos da economia sempre se direcionava ao equilíbrio.

Ao longo de sua vida, entendeu também, que não é um mercado livre e nem o seu aperfeiçoamento a melhor forma de resolver o problema da pobreza, mas ela é fruto de condições estruturais, políticas e sociais e que só será resolvido através de medidas drásticas do governo, associações voluntárias e sindicatos de trabalhadores. (MARSHALL, 1983, p. XLI). Contudo, mesmo as idéias do autor se aproximando da teoria marxista não foram elas que prevaleceram, como se pode ver no próximo item.

1.3.2. Suas idéias

Marshall (1983) trabalha com a idéia de que a acumulação de riqueza pode ser conquistada através do progresso técnico, pelo trabalho, pela educação, cooperativismo, abstinência e devido à taxa de juros. Para ele, o trabalho repetitivo conduz a uma inexorável substituição do trabalho do homem pela maquina, e a solução para o problema da pobreza é a mecanização e os esforços individuais.

Seguindo o mesmo raciocínio de Smith (1985), Marshall afirma que o aumento da destreza gera inevitavelmente a divisão do trabalho que induz o processo produtivo a criação de máquinas que aumentam a eficiência do trabalho. Em geral, um processo de trabalho bem dividido com trabalhadores possuindo subtarefas produzem mais e com muito menos esforço do que se apenas um realizasse o processo produtivo inteiramente.

Para ele, é inevitável que uma parte desse processo de trabalho que é produzida diretamente pelo homem seja agora produzida pela máquina.

Isso nos leva a uma regra geral, cuja ação é mais pronunciada em alguns ramos da manufatura do que em outros, mas que se aplica a todos. É que qualquer operação fabril que possa ser reduzida à uniformidade, de modo que tenha que fazer-se a mesma coisa inúmeras vezes da mesma maneira, será com certeza, mais cedo ou mais tarde, executada pela máquina. (MARSHALL, 1983, p. 222)

Como Smith (1983), o autor também afirma que é a extensão do mercado uma das causas principais da divisão do trabalho. “A extensão dos mercados, a crescente procura de grande número de coisas da mesma espécie, e alguns casos, de coisas fabricadas com grande precisão são as principais causas da subdivisão do trabalho”. (Ibid, p. 222).

Uma das vantagens da maquinaria no processo produtivo também é a substituição do trabalho monótono pela máquina, conforme Marshall (1983), “por cem jardas de pano tecidas, o trabalho puramente monótono feito por seres humanos não chega provavelmente a uma vigésima parte do que era antigamente”. Assim, fica encarregado para o trabalhador não mais o trabalho cansativo, mas a tarefa de suprir a máquina e monitorá-la. Outra vantagem, segundo ele, é a elevação dos salários devido a uma maior exigência dos patrões por qualidades dos trabalhadores para o manejo das máquinas custosas e complicadas. Ele diz:

Mas a máquina é complicada e custosa, e a pessoa que a maneja deve ter inteligência e um vivo sentimento de responsabilidade, que muito concorrem para a formação de um caráter superior, qualidades que ainda não são muito raras, apesar de mais freqüentes que dantes, de sorte que faz jus a percepção de um alto salário. (Ibid, p. 224).

Dessa forma, sendo o salário maior para aqueles cuja tarefa é zelar pela integridade da máquina, haverá uma busca dos trabalhadores por essa forma de ofício devido a uma maior valorização por esse tipo de trabalho e a evidente submissão do homem pela máquina, ou uma menor procura por trabalho manual em relação ao trabalho na maquinaria.

Marshall (1983) também deixa claro em sua obra, devido a progresso trazido pela maquinaria que a solução para a pobreza é a mecanização, segundo ele:

A esperança de que a pobreza e a ignorância possam ser gradualmente extintas encontram-se de fato grande fundamento no seguro progresso das classes operárias durante o século XIX. A máquina a vapor livrou-as de muitos labores exaustivos e degradantes; os salários subiram; a educação progrediu e se tornou muito mais generalizada (...). (Ibid, p. 24).

Para o autor, o aprofundamento da mecanização na sociedade capitalista, traria à mesma o fim ou uma redução drástica da pobreza e melhores condições das classes trabalhadoras, devido a melhorias nas condições de trabalho, educação e o aumento dos salários. Ele entende também que o progresso técnico facilitou a vida do homem, pois aos poucos o ser humano foi encontrando formas através do acúmulo de capital de realizar satisfações antes bastante trabalhosas, ao mesmo tempo em que se abriu o leque para aquelas antes pouco demandadas, segundo o autor, “toda a história mostra que suas necessidades se expandem com o crescimento de sua riqueza e de seus conhecimentos”. (Ibid, p. 197). Ou seja, aquelas necessidades antes atendidas precariamente agora passaram a ser satisfeitas com mais facilidades.

Outro fator gerador da riqueza é o trabalho, segundo ele as maiores fortunas foram conquistadas através de muito trabalho e de abstinência ao consumo de curto prazo, ou seja,

O crescimento da riqueza implica em geral uma espera deliberada de um prazer que uma pessoa tem a faculdade (justa ou injustamente) de desfrutar imediatamente, e que essa sua disposição de esperar depende do seu hábito de antever o futuro com clareza de prevenir-se para ele. (Ibid, p. 204)

Assim se a pessoa não trabalha dificilmente conseguirá acumular riquezas e só através de muito trabalho se reverterá o seu quadro de pobreza; inclui aí que tais riquezas são geralmente legítimas, pois foram conquistadas com muito trabalho. Por último a idéia de que o sucesso econômico também está condicionado à capacidade do ser humano “economizar”, ou abster de consumos supérfluos ou imediatos para que possa construir certo patrimônio.

Igualmente, o autor exprime que a educação pode ter um papel fundamental no crescimento da riqueza já que, segundo ele, “na Inglaterra moderna, a renda e os ganhos das profissões liberais e dos trabalhadores assalariados constituem uma importante fonte de acumulação, e foram as principais fontes de acumulação em todas as etapas

primitivas da civilização”. (Ibid, 201). Ele entende que as faculdades humanas é um meio de produção tão importante quanto o capital no combate à pobreza.

O cooperativismo também é uma importante forma de aumento da riqueza de uma nação, pois, segundo ele, “Um povo no qual a riqueza é bem distribuída e que tem altas ambições é capaz de acumular grandes riquezas sob a forma de propriedade publica”. (Ibid, 201). Para ele, países cujas economias se baseavam nessa forma de atividade obtiveram muitos êxitos, contrariando inclusive a idéia (em época) de que uma considerável parcela dos recursos de um país destinada ao pagamento de salários atrapalhava o crescimento da riqueza.

Marshall (1983) também observa, de forma bastante simples, que o nível da taxa de juros de um país tem fundamental importância no crescimento de sua riqueza, pois no lugar onde o nível da taxa de juros básica em sua economia é alto, a tendência é que os recursos sejam destinados a atividade de agiotagem, disposição ao contrário, a tendência é que os recursos são utilizados, segundo ele, no comércio, enriquecendo eles mesmos e o Estado. (Ibid, 205).

1.3.3. Uma sinopse sobre as idéias de Marshall

O estudo sobre Marshall complementou o raciocínio de Smith já que fez parte da história do pensamento do autor a sistematização matemática do pensamento clássico, o que sem dúvida alguma levou a diferentes ou a, mais exatas conclusões sobre diversos temas da economia, entre eles a problema da pobreza.

Embora famoso por seu talento com a matemática, o interesse deste trabalho por suas idéias não surgiu através dessa característica, mas, obviamente, por sua preocupação pela temática da pobreza e por ser ele um dos economistas cujas idéias estão ainda muito vivas na economia atual, com certeza não por ser verdadeiro ou errado o seu raciocínio, mas o quanto é repetida sistematicamente suas idéias no mundo de hoje. Já que se falam tanto em progresso técnico, na força do trabalho, na educação, no cooperativismo, na abstinência em curto prazo de consumo (como forma de comportamento), sendo elas consideradas por muitos, armas de combate à pobreza

Dessa forma, as teorias de Marshall aparecem para alimentar discussões e reforçar as idéias de Smith, sobre uma explicação para o atual estágio da pobreza e do desenvolvimento das forças produtivas no mundo. No decorrer da apresentação sobre as idéias do autor houve uma situação em que no processo de trabalho ocorre de forma

geral uma substituição de trabalhadores por máquinas devido ao aumento da destreza e a uma tendência de inclusão de máquinas em processos produtivos que possuem elevado nível de repetição de movimentos, mas uma dúvida persiste: onde estarão os trabalhadores que foram substituídos pelas máquinas dentro do processo de trabalho?

1.4. A problemática para Marx

1.4.1. Sobre suas idéias

O motivo principal em ter escolhido as obras de Marx para este estudo se baseia principalmente na forma e não só no fato como o tema da pobreza está localizado em seu corpo teórico, mas porque a pobreza para ele não é somente uma reação adversa de políticas econômicas mal elaboradas ou em virtude de alguma crise econômica. Ela está no centro da realidade capitalista, já que na disputa por melhores condições de vida para os trabalhadores através do salário e a continuação da reprodução ampliada do capital dentro da sociedade, o resultado quase sempre é favorável para o capitalista, o que implica inevitavelmente pobreza para o outro lado (para os trabalhadores), já que a riqueza material não está relacionada com condições de vida ruins.

Para Marx a sociedade é dividida em duas classes antagônicas, a de capitalistas e a de trabalhadores que juntas forma a essência da economia capitalista. Porque a essência? Usando o método materialista e histórico ele entendeu que é o homem através do seu trabalho, o principal sujeito de sua história, e isto é comprovado dentro dos sucessivos modos de produção ao longo da historiografia humana, se caracterizando também pela forma como se apropria o trabalho nessas diversas sociedades. Assim, o antagonismo dessas classes para ele é a parte central do capitalismo porque é o homem o sujeito dessa sociedade, porque essa realidade caracteriza-se por haver a apropriação do trabalho de uma classe pela outra, e porque essa contradição se constitui hegemonicamente dentro da sociedade, que ainda tinha sido mencionado.

Toda realidade material, no entanto, projeta a imagem que nem sempre serve para descrevê-la, mas em muitos casos apenas reafirmam um determinado modelo de produção existente, que é o caso das instituições jurídicas, religiosas, políticas, filosóficas, etc. que não possuem certo nível de independência porque não se formaram por si mesmas, mas tiveram origem no lado material da economia. E é neste nível que também se encontram os fenômenos, que são os fatos na sociedade que acompanham a

dinâmica central da economia capitalista, mas que se misturam também às reafirmações ideológico-institucionais da sociedade, trazendo a tese e a antítese em seu conteúdo.

O perigo (para a economia política) é exatamente o de absorver o fenômeno em sua forma pura, sem fazer as mediações necessárias com o lado real e entendê-lo como sendo a expressão exata da realidade, o que traria sérios prejuízos para a análise. O método de Marx assim parece ser o mais adequado para o estudo da realidade capitalista, pois o centro da produção e reprodução da vida social é o homem, cujas ações são de natureza histórica e também dialética, já que o olhar reporta-se à contradição intrínseca ao modo de produção capitalista (propriedade privada dos meios de produção, produção coletiva, e a distribuição de forma privada) elementos estes que estão sempre em constante movimento.

E é com este método que a teoria marxista pretende compreender o seu objeto que antes de tudo é real, histórico e dinâmico. Assim essas classes (capitalista e trabalhadores) sendo o centro do real, o que faria elas duas serem tão contraditórias?

O capitalismo de fato só existe por causa dessas duas classes, no entanto possui o trabalhador algo que os capitalistas não possuem: a força de trabalho que é capaz de gerar valor; unindo a subjetividade à objetividade de seu trabalho ele é capaz de transformar coisas existentes na natureza sem utilidade em objetos úteis, mas como o processo de circulação de mercadorias só acontece através do mesmo, não resta dúvida o interesse que possui o capitalista pela apropriação de seu trabalho. Entende ele (o capitalista) que coagindo o trabalhador sobre diversas formas é a maneira ideal de adquirir o resultado do seu trabalho e o faz, sendo essa a origem dessa contradição, pois grande parte de todo o trabalho realizado é subtraído do trabalhador.

1.4.2. O processo de exploração

1.4.2.1. A produção e a origem da mais-valia

A primeira idéia que se deve ter é que o capitalista ao realizar determinado investimento quer que retorne às suas mãos uma quantidade de recursos maior do que a aplicada. Ou seja, após seus investimentos em capital fixo (capital constante) e mão-de-obra (capital variável) quer ele que a soma total desses capitais formem um valor maior que o inicialmente realizado. Mas isso só é possível devido à capacidade do trabalho de

transformar matérias-primas em coisas úteis (criação de valor-de-uso) e ao mesmo tempo produzir valor-de-troca, propriedade que permite a permuta das mercadorias.

Ou seja, a formação do excedente na sociedade capitalista (mais-valia) tem suas bases não no processo de circulação, mas no processo de produção das mercadorias, pois onde ele é criado. Sendo o trabalhador o único capaz de produzir valor, e é dentro do processo de produção que o empresário retirará o seu lucro, não há coisa mais óbvia para o capitalista do que forçar o trabalhador a produzir mais do que necessita para pagar o preço da força de trabalho. Ou seja, após determinado momento o que o trabalhador produzir não será dele, mas do capitalista, da forma que maior a jornada de trabalho (ou a exploração dentro de certo período) maior o lucro.

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). (MARX, 2005, 228).

É exatamente esse valor excedente extraído e absorvido dentro da produção capitalista pelo dono do capital que se denomina mais-valia, a quantidade de trabalho produzida a partir de determinado momento que não pertence dentro dessa relação juridicamente ao trabalhador, mas ao empresário. Entretanto, porque alguém daria de forma gratuita essa parcela de trabalho ao empresário? A explicação está dentro da acumulação primitiva, “um processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 2005, 828), assim para o autor, foi através dessa separação que se tornou possível se produzir a mais-valia.

E essa separação ocorreu basicamente pelo fim do acesso à terra aos camponeses numa época em que ter acesso a ela, era principalmente sinônimo de sobrevivência, e assim os camponeses que foram expropriados de suas terras deveriam vender sua força de trabalho, pois a partir desse momento era a primeira forma de sobrevivência:

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção se torna independente não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao

trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 2005, 228).

A origem histórica da realidade capitalista encontra-se exatamente aí, na sujeição do camponês, livre da servidão e também das terras, pelo capitalista. Um fato que pode ser interpretado por duas formas, a passagem de camponês livre em proletariado consistindo numa troca de uma gleba de terra pela liberdade e um salário, ou uma transferência de donos do senhor feudal para o capitalista.

1.4.2.2. A mais-valia absoluta e a mais-valia relativa

A mais-valia é o valor excedente criado pelo trabalhador após a constituição material de seus meios de sobrevivência dentro do processo produtivo. É o trabalho excedente e gratuito que o trabalhador é sujeitado a realizar por não possuir juridicamente os meios de produção, portanto o processo produtivo pode ser retratado da seguinte forma: $c + v \rightarrow c + v + m$, em que “c” significa o capital constante, máquinas, equipamentos, matéria-prima etc.; “v” o capital variável, o salário dos trabalhadores; e “m” a mais-valia. Assim, de forma bastante simples, entra na produção de mercadorias as máquinas e equipamentos com o trabalho, gerando a mesma porção de cada um dos capitais adicionado da mais-valia.

Ela é, portanto o resultado de uma situação conjunta entre o capital e o trabalho, pois apenas cada elemento isoladamente não lhe produziria, trata-se de trabalho (valor) excedente cuja quantidade varia diretamente do capital variável, elemento responsável pela geração do valor. Ou seja, quanto mais se usa a força de trabalho além do necessário (produzir seu salário) maior ela será produzida e maior o valor absorvido gratuitamente pelo capitalista. E, a relação entre o valor excedente e o valor necessário encontra-se a taxa da mais-valia, por exemplo: se dentro de uma jornada de trabalho de oito horas, trabalha-se seis para pagar o valor da força de trabalho, duas vão para o bolso do capitalista, tendo assim uma taxa de exploração na ordem de 0,33%.

$$\text{Taxa de mais - valia} = \frac{\text{valor excedente}}{\text{valor necessário}}$$

Em outro exemplo, tendo uma jornada de trabalho de oito horas, paga-se quatro pela força de trabalho, as outras quatro irão para a formação do valor excedente, tendo uma taxa de mais-valia de 100%. Mas o capitalista tem, para seu proveito, a oportunidade de ainda aumentar esse tempo de trabalho excedente (já que o dia tem 24 horas) e o faz gerando assim a mais-valia absoluta, que é a exploração do valor excedente pelo prolongamento indiscriminado da jornada de trabalho tendo em vista sugar o máximo possível do trabalhador durante o dia, estendendo sua jornada para 10, 11, 12, 13, 14 horas de trabalho. Dessa forma, após se concluir a produção necessária de valor, o tempo adiante (independente da quantidade) será para a produção de mais-valia.

Se a jornada se estender para dez e para o trabalho necessário utiliza-se apenas quatro horas, seis horas irá para se produzir a mais-valia, com uma taxa de exploração de 150%; a pessoa trabalhou seis horas gratuitamente. Entretanto, conforme diz Marx (2005) este prolongamento causa uma reação na sociedade por uma limitação legal da jornada de trabalho, obrigando o capitalista a intensificar a produção de mercadorias no período, por um aumento de produtividade.

O prolongamento desmedido da jornada de trabalho, produzido pela maquinaria nas mãos do capital, ao fim de certo tempo provoca, conforme vimos, uma reação da sociedade, que ameaçada em suas raízes vitais, estabelece uma jornada normal de trabalho, legalmente limitado. Em consequência dessa limitação, assume decisiva importância um fenômeno que já examinamos: a intensificação do trabalho. (MARX, 2005, 467).

Assim, não podendo mais o capitalista (teoricamente) estender a jornada para acima do contratado terá ele que encontrar novas formas de aumentar o trabalho excedente, que não passe por um prolongamento da jornada de trabalho, assim terá que reduzir o tempo suficiente para a produção de trabalho necessário. Em outras palavras, se fizer o trabalhador produzir no menor tempo possível a quantidade de mercadorias para o pagamento de seu salário, o restante da jornada será para produzir trabalho excedente, produzindo, portanto, uma mais-valia relativa. O termo relativo significa exatamente isso, a busca do capitalista pela produção de mais-valia dentro dessa relação trabalho excedente/necessário. E essa intensificação implica ao processo de trabalho novas formas de exploração, como diz Marx (2005):

Essa redução, com o poderoso impulso que dá ao desenvolvimento da força produtiva e à poupança das condições de produção, impõe ao

trabalhador maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo, mais elevada tensão da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada, em suma, tal grau de condensação do trabalho que só pode ser alcançado reduzindo-se o dia de trabalho. (MARX, 2005, 468)

Portanto, para Marx, há duas maneiras de se explorar a mais-valia nas formas absoluta e a relativa. A absoluta se caracteriza como a busca do capitalista para o prolongamento da jornada de trabalho para a produção (ou mesmo seu aumento) de valor excedente, já a mais-valia relativa, é advinda de uma intensificação do processo produtivo, que busca diminuir ao máximo possível o período que o trabalhador necessitará para produzir e reproduzir sua força de trabalho diariamente.

1.4.2.3. A lei geral da acumulação capitalista e suas conseqüências

O processo de acumulação de capital pela produção da mais-valia (a sua substância) gera um “transtorno”, ao longo do tempo, para o capitalista que é exatamente a queda da taxa de mais-valia provocada pelo aumento do salário. O aumento do capital, resultado do processo continuado da acumulação e de sua velocidade, permite ao capitalista uma nova aplicação do capital (aplicação do trabalho excedente) e uma maior demanda por trabalhadores aumentando dessa forma o capital variável. Este aumento reduz o trabalho excedente, obrigando o capitalista a buscar, através de formas de exploração da mais-valia, reverter o quadro. Marx (2005) diz,

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 2005, 724)

Assim é uma lei do capitalismo buscar reverter essa situação que ameaça a acumulação do capital que, em outras palavras, busca o “equilíbrio” entre a oferta de trabalho necessário e as necessidades crescentes do capital. Explorando a mais-valia de forma extensiva pode o capital ter evidentemente um aumento do trabalho excedente, mas só de forma intensiva é que se verá com mais facilidade uma nova inclinação para o grau de exploração, porque a exploração da mais-valia relativa pressupõe, geralmente,

uma revolução nas forças produtivas o que significa redução do tempo de trabalho necessário e menor demanda relativa de trabalho.

Dito de outra maneira, um aumento da produtividade do trabalho provoca ao mesmo tempo um aumento do trabalho excedente do qual precisava a acumulação, e ainda uma redução do capital variável pela menor demanda por trabalhadores; haja vista que o processo produtivo com a introdução de tecnologia torna-se mais eficiente e, deste modo, uma fábrica que antes necessitava de oitocentos trabalhadores para o seu funcionamento máximo, a partir desse momento carecerá apenas de trezentos.

Após o processo de acumulação de capital e sua concentração nas mãos de capitalistas individuais, entra em curso o que Marx (2005) denomina de centralização do capital que em suas palavras significa “a expropriação do capitalista pelo capitalista” (MARX, 2005, 729). E como isso ocorre? Após a concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas se acentuará a concorrência entre os diversos capitais, e muitos capitalistas sairão vitoriosos, porém a maioria não terá êxito, assim, os perdedores serão extintos ou absorvidos pelos capitais vencedores e o que se encontrava de certa forma pulverizado na sociedade começa a parecer mais visível nas mãos de poucos capitalistas. Contudo, este processo de centralização não produz impactos somente na vida dos capitalistas, mas também na dos trabalhadores.

Esta disputa entre os capitais obriga os capitalistas a inserirem acentuadamente novas tecnologias dentro do processo produtivo, máquinas mais eficientes e poupadoras de mão-de-obra,

Assim, com o progresso da acumulação, vemos que: um capital variável maior põe em movimento maior quantidade de trabalho sem recrutar mais trabalhadores; um capital variável da mesma magnitude põe mais trabalho em ação, utilizando a mesma quantidade de força de trabalho e, finalmente, mobiliza maior quantidade de forças de trabalho inferiores, expulsando as de nível superior. (MARX, 2005, 739)

Necessário esclarecer que se entende como forças de trabalho inferiores para Marx, os indivíduos menos hábeis e incipientes, no entanto não se tratam de trabalhadores menos produtivos, mas daqueles cujo custo da formação da força de trabalho não tenha sido muito grande, já que para operar a moderna maquinaria não se necessitará mais de trabalhadores com certo nível de conhecimento de qualificação, mas

apenas acompanhar e supervisionar o movimento dela, enfim, trabalhadores cujo custo da força de trabalho é menor que os antigos. Sobre o fato cita Marx (2005);

A característica marcante de nossos aperfeiçoamentos mecânicos modernos é a introdução de máquinas-ferramenta automáticas. O que o trabalhador mecânico tem de fazer agora, e o que qualquer jovem pode fazer, não é trabalhar diretamente, mas superintender o belo trabalho da máquina. Toda classe de trabalhadores dependentes exclusivamente de sua perícia está agora posta de lado. Antes, empregava quatro meninos para um mecânico. Graças às novas combinações mecânicas, reduzi o numero de trabalhadores adultos de 1500 para 750. O resultado foi um considerável aumento de meus lucros. (NASMYTH, 1851: apud MARX, 2005, 497)

No entanto, o que se pode perceber de mais marcante dentro desse processo é o papel da Lei Geral da Acumulação Capitalista que é a busca obstinada do capitalista em reverter o quadro de queda da mais-valia intensificando o processo de trabalho com a introdução de tecnologia, barateando o custo do capital variável pelo menor tempo de trabalho necessário e a redução da demanda por força de trabalho. O resultado, por conseguinte, da alteração dessa demanda é justamente um aumento da oferta de mão-de-obra e um “desequilíbrio” desse mercado, não obstante, o processo de centralização cumpre um papel fundamental dentro desse desequilíbrio na medida em que continuamente aperfeiçoa o progresso técnico dentro das fábricas permitindo uma redução constante de demanda por trabalhadores.

Conseqüentemente, o trabalhador na sociedade capitalista é atingido durante o processo de acumulação pelo trabalho gratuito; pela concentração dos meios de produção nas mãos dos capitalistas e no processo de centralização que é duplamente atacado pela redução do trabalho necessário e pela queda de demanda da força de trabalho de sua classe. Vale notar que nas duas primeiras fases os efeitos são ocasionados devido à contradição entre trabalhadores e capitalistas, já na última pela contradição capital x capital. No entanto, esses “efeitos” sempre recairão sobre o trabalhador, independente de que forma essas contradições encontram-se mais predominante, pois é a posse do trabalho excedente que sempre esta em jogo em todos os momentos da atividade dos capitalistas.

Assim, o que no primeiro momento parece ser “apenas” uma saída contra uma ameaça ao funcionamento do modo de produção capitalista, a introdução de máquinas modernas para a redução do tempo de trabalho necessário e uma queda da demanda por trabalhadores com a concorrência entre capitais demonstra-se ao longo do tempo que

não se trata na história da sociedade capitalista de uma atividade momentânea, mais contínua, já que uma redução relativa do capital variável implica necessariamente um aumento relativo do trabalho excedente (acentuada pela concorrência entre os capitais) e sua posse, desejo inquestionável dos possuidores dos meios de produção. Os efeitos, portanto, são claros para a classe trabalhadora, primeiro o aumento da exploração, segundo menor remuneração.

Mas, os efeitos do uso dessas novas máquinas importam para o processo produtivo não só uma menor demanda por trabalhadores, mas a redução dos postos de trabalho o que, por conseguinte, repulsão desses trabalhadores das fábricas e formação de um exército industrial de reserva, superpopulação relativa. Trata-se de um grupo de trabalhadores dispostos a qualquer momento inserir no processo de trabalho sempre que solicitados, ou por uma expansão do capital ou por uma troca de trabalhadores, por algum tipo de insatisfação, mas geralmente por aqueles mais capazes de produzir trabalho excedente.

Ou seja, o exército industrial de reserva não será para a produção capitalista um elemento passivo dentro de seu funcionamento, mas pela demanda dos trabalhadores em busca de empregos agirá ele de forma ativa pressionado cada vez mais os trabalhadores a se comportarem da forma que melhor interesse ao capital. Marx (2005) fala:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exercito de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital (MARX, 2005, 740)

E será essa população relativa essencial a atividade do capitalista, pois ela é mais um mecanismo de redução do valor dos salários, e o que surgiu como uma consequência da tentativa da diminuição da massa de salários tornou-se, portanto, um parceiro dessa empreita. Como diz Marx (2005):

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 2005, 735)

Torna-se essa população relativa condição de existência por quê? Pois será o seu movimento de contração e expansão que, primeiramente, determinará o movimento dos

salários, o fim dessa população relativa para a sociedade capitalista significa que o nível de emprego e salários da classe trabalhadora estará ao máximo, submetendo o funcionamento do modo de produção capitalista também ao seu limite. Já o movimento de contração e expansão dessa população relativa dependerá da capacidade de absorção, ou da prosperidade e estagnação da economia, podendo ela ser sazonal ou não, ou não haver absorção de uma parte desse exército, o que levou Marx a classificar de três formas, ou em três partes esse população.

A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo o trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada. (MARX, 2005, 744)

Assume a forma flutuante o grupo de trabalhadores cuja absorção depende da forma como oscila a economia, em outras palavras são trabalhadores que estão sempre sendo empregados e desempregados, estando sujeitos ao movimento de contratação de trabalhadores. Já para explicar como compõe o grupo de trabalhadores que fazem parte da superpopulação latente, Marx (2005) chama atenção para o avanço da maquinaria na agricultura, quando tira a ocupação de muitos trabalhadores no campo só “encontrando” trabalho nas cidades, porém continuarão no campo à espera de ocupação que dificilmente virá a ter, ocasionando uma pressão constante sobre os salários da população ativa e uma miséria demasiada na região. Sobre isso Marx (2005) fala:

Parte da população encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano, ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (manufatura aqui significa todas as indústrias não-agrícolas). Está fluindo sempre esse manancial da população relativa. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente. (MARX, 2005, 746)

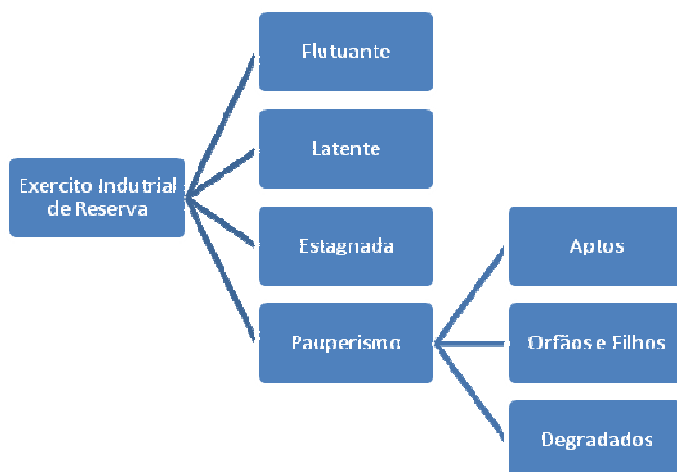
Não obstante, a mais predominante das três categorias de superpopulação na sociedade é a estagnada que por sua vez os trabalhadores que nela se localizam possuem uma condição de vida abaixo do nível médio, ocupação irregular, geralmente seus trabalhos possuem duração máxima em contrapartida o mínimo possível de salário, se

amplia com a acumulação e por ultimo trata-se de um reservatório inesgotável de força de trabalho, devido ao seu tamanho e crescimento.

Ou seja, por suas características a superpopulação estagnada é a principal categoria do exercito industrial de reserva. Por último, ainda não comentado, vem o pauperismo, que para Marx (2005), divide-se em três grupos, primeiros os aptos para o trabalho, mas que sofre com o peso da indigência, em segundo lugar têm-se os órfãos e filhos de indigentes, “e são recrutados rapidamente em massa para o exercito ativo dos trabalhadores em tempos de grande prosperidade” (MARX, 2005, 747), e degradados que para o autor,

São notadamente os indivíduos que sucumbem em virtude de sua capacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador; e as vítimas de indústria, os mutilados, os enfermos, viúvas etc. (MARX, 2005, 747)

São os degradados, portanto o grupo de trabalhadores que não se integram (ou com dificuldades) mais à produção de mercadorias capitalista, levando em consideração que o salário dentro da realidade capitalista é (basicamente) a única fonte de subsistência para os trabalhadores, e a privação de recursos, portanto, para essas pessoas cria uma situação de ameaça muito séria à sobrevivência desses indivíduos.



Ainda sobre os efeitos a introdução tecnológica no mundo do trabalho, MARX (2005) diz:

Todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a

um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformando em tormento, tornam-lhe estranhas as potencias intelectuais do processo de trabalho, na medida em que este incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. (MARX, 2005, 749)

Em suma, para dar fôlego ao processo de acumulação na realidade capitalista devido ao aumento de salários dos trabalhadores e a concorrência entre capitais, a introdução da tecnologia no processo produtivo ao longo da história tem aumentado a produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que rebaixou o nível de salário dos trabalhadores e reduziu a demanda pelos mesmos, o que provocou a formação de um exercito industrial de reserva, criando situações de pobreza e pauperismo. O que se percebeu dessa forma foi que o processo de acumulação possui uma relação direta com o nível de pobreza, pois na medida em que aumenta concentração-centralização dos capitais, mais acentua a exploração do trabalhador. Enfim, quanto mais se aumenta a riqueza nas nações na realidade capitalista mais se aumenta a pobreza.

1.4.3. Uma visão global sobre o pensamento do autor

Ocupa dentro das idéias de Marx, um papel fundamental para entender o que causa a produção de riqueza e pobreza na economia capitalista que é a Lei da Acumulação Capitalista, pois, em resumo, será tentando reverter obstinadamente a queda da taxa de lucro que o capitalista se apropriará de modo intensivo do trabalho excedente, gerando por sua vez além do aumento da exploração, uma menor demanda por força de trabalho e conseqüentemente uma redução dos salários. A redução da demanda provocará um excesso de oferta de mão-de-obra, não empregada, mas disposta a qualquer momento ser absorvida pelo mercado de trabalho, a qual Marx define de superpopulação relativa, ou exercito industrial de reserva.

Contraditoriamente, já que capital e trabalho na sociedade capitalista são essencialmente antagônico, o exercito industrial de reserva por fim, acaba se tornando mais um mecanismo de exploração dos próprios trabalhadores pelo capital, já que o seu tamanho será o fator principal de pressão sobre os salários, pois quanto maior o tamanho dessa superpopulação, maior a pressão os salários; inversamente, quanto menor sua dimensão, maior poderá ser os retornos da mão-de-obra. Mostra-se claro,

portanto, a vantagem que adquire o capital pela conseqüente formação dessa superpopulação, e o papel ativo que ela exerce dentro da realidade capitalista.

Foi mostrado também que o E.I.R se divide em quatro grupos, flutuante, latente, estagnado e pauperismo, conforme definição de Marx. Tendo como destaque entre eles o estagnado, por ser o maior dentre os outros (se tornando uma fonte quase inesgotável de força de trabalho), pelo fato dos trabalhadores geralmente possuírem condições de vida menores que o padrão médio, possuírem ocupação irregular, e trabalharem uma jornada longa em troca de baixos salários. Não menos importante, são os que se localizam no grupo do pauperismo, por geralmente amargarem indigência e dificuldades de se integrarem à linha de produção capitalista, possuindo, portanto, muitas privações.

Fica claro, portanto, para Marx, que o processo de produção de riqueza não segue isolado no modo de produção capitalista, já que o uso de tecnologias e máquinas ao mesmo tempo em que promove bonança e prosperidade, torna possível condições de exploração e pobreza dentro do capitalismo, na medida em que cria uma superpopulação relativa, que além de ser um grupo de trabalhadores que por ora (ou enquanto durarem suas vidas) estarão desempregados, alimenta de forma crônica a pobreza na sociedade capitalista.

1.5. Smith, Marshall e Marx: a riqueza e a pobreza para eles

O texto apresentado até aqui teve a intenção de debater as concepções sobre o mercado, crescimento e capitalismo no que concerne ao tema da pobreza proposto pela monografia. Assim foi visto através das idéias de Smith, Marshall e Marx a relação existente entre o funcionamento capitalista e seus elementos no que diz respeito à existência da pobreza. Dessa forma, se percebeu que os primeiros autores possuem idéias afins como a perspectiva de que é através do mercado o principal caminho para se chegar a um nível de bem-estar satisfatório à sociedade. No entanto, segundo Marx esse nível de bem-estar a toda a população seria impossível já que um dos mecanismos de mercado essencial para o seu funcionamento é a presença de mão-de-obra barata, o que implica na não alocação plena dos fatores produtivos por exemplo, mão-de-obra.

Para Smith, a pobreza deve ser combatida com produção de mercadorias, e para isso dois fatores são fundamentais, a divisão do trabalho, na medida em que aumenta a produtividade e permite maior produção de bens, tornando possível mantém o interesse do empresário pela produção de mercadorias em períodos de diminuição das taxas de

lucro; e o tamanho do mercado para ele essencial para a criação das possibilidades de alocação de capital, aumento dos salários e de produtividade. Assim, notadamente na visão de Smith, a nação que não tiver de forma bastante determinada um aumento de produtividade e divisão do trabalho no país, esses são um dos mecanismos de mercado, não irá usufruir dos benefícios do crescimento da riqueza.

Para Marshall a existência do mercado é fundamental para o aumento do bem-estar, entretanto para o alcance disto, a economia deve passar primeiramente pela mecanização dos processos produtivos na medida em que eleva os salários, melhora as condições de trabalho e aumenta a produção de riquezas. Mas além da mecanização ele cita que a educação também é fundamental para o bem estar da população, pois capacita o trabalhador e aumenta suas possibilidades de obter salários mais elevados; a abstinência ao consumo também é de suma importância, pois permite a acumulação de capital; a redução da taxa de juros proporciona um aumento da circulação de capital no comércio e na indústria, e a o cooperativismo, através do aumento da massa de salários proporcionado pelo aumento das riquezas produzidas.

Mas, diferentemente das idéias dos autores acima, a teoria marxista não acredita na redução da pobreza no capitalismo, pelo aumento da mecanização ou da produtividade. Pois para Marx é intrínseco ao funcionamento do sistema a produção de pobreza, porque tem ele quatro fatores que juntos formam a base da Lei Geral da Acumulação Capitalista: a produtividade do trabalho, e as contradições entre capitais, e entre trabalhadores e entre os dois. Pois para ele, a concorrência entre capitais reduz o lucro, e acentua a contradição entre o trabalho e o capital, o que induz o capitalista a modernizar sua indústria, o que se através de maior produtividade, esta que permite menor absorção de trabalhadores o que os obriga (em geral) reduzir o preço de sua força de trabalho, aumentando, portanto ainda mais a exploração desta classe.

Assim, o processo (para Marx) forma um grupo de trabalhadores chamado pelo autor de superpopulação relativa, que se constitui em desempregados (de forma provisória ou permanente) sempre dispostos a se inserirem no mercado de trabalho, mas que não encontram ocupação por várias razões. Mas levando em consideração que a venda de sua força de trabalho é a principal forma de subsistência para os trabalhadores, como então será que conseguirão sobreviver? Entre as reduzidas formas, levarão uma vida de muitas privações, ou sem nenhuma forma de renda, ou vivendo através de doações, ou se submetendo, talvez, ao trabalho precário.

2. FORMAS DE MENSURAR A RIQUEZA E A POBREZA

Dada a persistência da pobreza na América Latina nos últimos 30 anos e as várias tentativas de combatê-la; a urgência na resolução do problema, haja vista o nível de degradação humana que tal situação provoca aos indivíduos, como também pela possível existência de alguma divergência teórica acerca do tema é que merece destaque discussão acerca das formas de mensurar a pobreza na América Latina neste período. Sendo assim, o capítulo mostrará como a pobreza foi observada ao longo desses anos.

Sob alguns pontos de vista, se verá que as alterações nas formas de observar a pobreza pode ter ocorrido pela possibilidade, quanto à forma de apreender o objeto, de ter sido insuficiente o seu estudo, e contribuído para isso na formação de políticas inoportunas pelos organismos unilaterais e outras instituições para o continente. Ou então, pela possibilidade de, a fundo, as mudanças na forma de observar a pobreza ter acontecido devido a causas que ultrapassem os limites das formas de mensuração que serão tratadas por este capítulo, como por exemplo, isso ter acontecido devido à lógica do funcionamento do capitalismo, como apresentado por Marx no capítulo anterior, ou mesmo pela existência insuficiente de mecanismos de mercado na economia.

Mas, com relação à análise das formas de mensuração, o capítulo partirá de análises simples (em que a pobreza é tratada como carência alimentar, necessidades básicas insatisfeitas), apresentando também a pobreza como é vista por alguns índices como o IDH, ou o Índice de Gini, passando pela pobreza tratada de forma relativa e subjetiva, até sob análises mais complexas sobre do tema (quando se analisa pelo papel da liberdade, das capacidades, e dos funcionamentos), análises estas fundamentais para a formulação de políticas de combate à pobreza na região em 2000.

E será na mesma lógica em descobrir quais são as causas da pobreza, realizando uma análise empírica do objeto, ou seja, como ele se apresenta é que o trabalho se submeterá em saber por que razão a redução da pobreza na América Latina nos últimos trinta anos não foi eficaz? E assim como já comentado, o capítulo começar pela análise das formas de se medir a pobreza, passando posteriormente para uma nova etapa, que é se traçar um paralelo entre as formas de mensuração da pobreza, e os aportes teóricos de Smith, Marshall e Marx.

2.1. Formas de mensuração

2.1.1. Carência Alimentar

Medir a pobreza atualmente tem ganhado certo nível de complexidade, já que não se usa apenas o critério da renda para a classificação, condições de moradia, acesso a água potável, transporte público, vulnerabilidade, capacidades, insegurança, enfim, hoje, há um conjunto de fatores que determina a situação de pobreza de um indivíduo. “A pobreza é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se retroalimentam e que, ao entrarem em sinergia, dificultam a superação de situações de pobreza” (CODES, 2008, p. 24)

Como falado, nem sempre o fenômeno da pobreza foi tratado com esse grau de complexidade, em outros tempos o único significado que existia para ela era de “apenas” carência alimentar, que calculado quando se daria para que fosse suprida essa necessidade (uma cesta de alimentos) alcançava-se um valor monetário que seria usado como um separador entre os que eram pobres ou não. Mais tarde mudou-se a concepção sobre o tema e o que era tratado como linha de pobreza passou a ser chamado de linha de indigência.

Para a construção dessa cesta de alimentos é preciso:

Em primeiro lugar, derivar o aporte calórico *per capita* da cesta alimentar observada em cada família residente na área. Isso é feito com base na composição de alimentos, obtendo-se como resultado a estimativa do consumo calórico per capita diário naquela família. Estando as famílias ordenadas em função crescente do seu consumo calórico per capita, busca-se o intervalo de despesa alimentar mais baixo para o qual a necessidade calórica é atendida. (ROCHA, 2000, p. 4)

E o que seria a linha da pobreza a partir de então? Seria um valor monetário correspondente ao que é necessário para se alimentar (ou por mês ou por dia), para vertir-se, deslocar-se, morar etc. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 56). Portanto, nesse raciocínio, pobres seriam aqueles cujas rendas fossem inferior ao que propõem essa linha, e indigentes aqueles que obtivessem renda inferior ao estabelecido pela outra. Segundo o Banco Mundial, “as pessoas cujo rendimento está situado entre a linha de indigência e de pobreza são pobres com tendência a melhorar de forma durável, se as condições do crescimento estiverem reunidas e se forem tomadas medidas estruturais, reservando-se ao mercado o setor produtivo e ao Estado e as infra-estruturas (saúde, educação, etc.). (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 57)

Tendências da pobreza monetária nos países em desenvolvimento.

(com um patamar de 1 dólar por dia e por semana, em PPA DE 1985)

Região ou grupo de países	Percentual da população vivendo abaixo do patamar de pobreza, em cada região.		Percentual total de pobres, por região, em relação ao número de pobres no mundo		Número de pobres (milhões)
	1987	1993	1987	1993	
Países Árabes	5	4	1	1	11
Ásia do Leste, Ásia do Sudeste e Pacífico	30	26	38	34	446
Idem, sem a China	23	14	10	7	94
América Latina e Antilhas (Caribe)*	22	24	7	9	110
Ásia de Sul	45	43	39	39	515
África Subsaariana	38	39	15	17	219
Países em desenvolvimento	34	32	100	100	1301

* com um patamar de pobreza de 2 dólares ao dia

Fonte: PNUD: Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, 1997: 29 *apud* (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 61)

Esse método, embora demasiadamente utilizado, possui muitas limitações, já que superestima a renda, pois algumas necessidades poderiam ser satisfeitas, como por exemplo, pelo próprio Estado. Ou seja, o indivíduo ou grupo familiar pode não auferir renda para, por exemplo, utilizar serviços de saúde adequados, no entanto, a sociedade

pode estar disponibilizando uma saúde pública de qualidade para o mesmo. Dessa forma, é um método muito questionável para medir a pobreza.

2.1.2. *Necessidades básicas insatisfeitas*

Por outro lado, tem-se outra metodologia que não apresenta a pobreza somente pelo lado monetário, pois leva em consideração um conjunto de variáveis pré-definidas que caso uma parte delas não esteja sendo satisfeita, o indivíduo, uma unidade familiar, será considerada pobre. Como exemplo dessas variáveis tem-se: densidade domiciliar, grau de adequação da moradia, abastecimento de água, lixo, esgoto e energia elétrica, policiamento, educação, saúde e capacidade econômica familiar (PIA, PEA), etc... (FERES E MACERO, 2000: p. 24-27 *apud* CARDOSO JR., 2006. p. 5)

SALAMA e DESTREMAU (2001) consideram que essa metodologia, denominada como Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) possuem dois atributos importantes, o primeiro deles é que a trata como sendo quantificáveis e mensuráveis, que vai servir para a quantificação da pobreza e o acompanhamento de qualquer medida tomada para a redução do mesmo. O segundo atributo é “sua satisfação é produtiva, pelo fato de aumentar a produtividade dos homens”, já que em seu bojo privilegia as teorias de capital humano. (2001, p. 75)

Sobre a mesma metodologia os autores chegam a considerá-la inclusive dentro de uma visão humanística e universalista, já que as necessidades básicas citadas são iguais para quaisquer homens nas diversas partes do mundo, e se amplia para outras dimensões do pensamento humano como a moral, a liberdade e a dignidade. Para eles: “São necessidades físicas e psíquicas que podem ser satisfeitas segundo modalidades econômicas extremamente variadas, mas que são comuns a todos os homens”. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 75)

A noção sobre as necessidades básicas aparece atrelada a quatro enfoques: o da economia clássica, cuja análise se resume em estabelecer um salário tal que possa criar um padrão de vida mínimo para o indivíduo ou sua família; o da filantropia, que procura mensurar a quantidade de pobres e com isso através de um auxílio ajudar de alguma forma o indivíduo; sobre a idéia de capital humano que consiste em não só suprir suas necessidades básicas, mas também de lhe ofertar condições para se desenvolver profissionalmente e mais condições de se inserir no mercado de trabalho; e pela noção de desenvolvimento, “geralmente é aplicada a países inteiros, sem que as três

preocupações supracitadas sejam negadas”. (SALAMA e DESTREMAU, 2001: p. 73-74 *apud* CODES, 2008. p. 13)

Sobre a noção de desenvolvimento tem-se:

Por isso, no contexto contemporâneo, a idéia das necessidades básicas deve ser situada no panorama geral de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Em nenhuma circunstância ela deve ser tomada como o mínimo necessário para a subsistência, mas deve, sim, ser entendida no contexto de independência nacional, da dignidade de indivíduos e povos, e de suas liberdades para levar seus destinos adiante sem impedimento. (TOWNSEND, 1993, P. 31-32 *apud* CODES, 2008. p.13)

Assim, foi visto que existem dois métodos para se tentar mensurar a pobreza, aquele que usa o papel da renda como principal (senão o único) é tratado como um método indireto e aquele que se utiliza das necessidades satisfeitas (ou não) para determinar se unidade familiar pode ser considerada pobre, é assim tratada como um método direto de aferição da pobreza.

2.1.3. IDH

Trata-se de um método bastante utilizado no mundo todo, no qual tem-se um indicador-síntese utilizado para medir as condições de vida de uma população, e são considerados para essa análise os seguintes elementos, questões como saúde/longevidade, o nível de educação e a sua renda *per capita*. O IDH (Indicador de desenvolvimento humano) é um índice estratégico, já que possui como meta gerar dados para situar programas de melhoria das condições de vida da população. O índice é expresso de 0 a 1, sendo que a população que possuir notas aproximadas a 1, significa que a sociedade tem contemplado bastante a qualidade de vida da população.

Ou seja, questões como sua expectativa de vida, taxa de analfabetismo e o poder aquisitivo da população estão sendo muito bem atendidas, o inverso, no entanto, está ocorrendo caso o IDH esteja próximo de 0. Contudo, o IDH não mostra em sua totalidade todas as carências da população, é interessante que seja utilizado com outro indicador para que se consiga reproduzir da melhor forma possível a realidade.

Devemos destacar também que os progressos medidos pelo IDH são isentos de custos sociais, e que eles não podem ter contrapartida negativa: melhores condições de saúde, na longevidade ou na

educação não podem ser conseguidas à custa dos outros, ao contrário da elevação do nível de vida médio de renda, que pode dissimular aspectos muito nocivos. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 83-84).

2.1.4. Pobreza relativa e subjetiva

A pobreza também pode ser estudada dentro do enfoque relativo, não considerando somente o indivíduo do ponto de vista de suas necessidades, mas situando-o dentro da sociedade. Consideraria pobres aquelas pessoas cujas rendas fosse inferior ao comportamento mediano da sociedade. Dentro do enfoque absoluto, como visto, a sua situação é julgada pelo nível de satisfação de suas necessidades.

Contudo, a pobreza pode não ser vista de forma tão simples pelos seus participantes, um indivíduo está inserido na sociedade, possui capacidade intelectual e pode se considerar pobre ainda que suas necessidades básicas ou fundamentais estejam sendo satisfeitas. Sua relação na sociedade vai interferir no seu posicionamento individual sobre sua realidade, sua baixa capacidade econômica pode privá-lo do consumo de alguns bens, que irremediavelmente causar-lhe-á um sentimento de exclusão dentro do seu convívio.

Essa forma de pobreza é tratada como subjetiva e alarga o seu raio de compreensão, que passa a não ser mais analisada somente pelo olhar externo, todavia, pela perspectiva do indivíduo. CODES (2008) avalia que a pobreza subjetiva pode estar associada a dois fatores que seriam a vulnerabilidade, ou seja, a possibilidade da família não manter seu padrão de vida (torna-se pobre), e a falta de poder político para assegurar-lhe seus direitos.

À medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições de sustentação e manutenção de seus vínculos. (PETRINI , 2003 *apud* GOMES e PEREIRA, 2004, p. 360)

Destaca-se também a redução do Estado em alguns países que a partir de 1980 perdeu um pouco de sua capacidade financeira para gerar investimentos, situação que colocou muitas famílias numa posição de completo desamparo. Ou seja, a crise do período, ou a introdução do neoliberalismo foi de fundamental importância para o aumento da pobreza e vulnerabilidade.

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por esta deficiência se receber condições para tanto. O Estado reduz intervenções da área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade. (GOMES e PEREIRA. 2004, p. 362)

Nota-se que o que era antes tratado apenas como carência de alimentar, passa agora ser uma relação social nas formas relativas e subjetivas. E essa dinâmica na discussão sobre o tema é importante na medida em que trouxe uma mudança completa no sentido pobreza, pois em sua definição ela deixa de ser tratada como natural e passa a ser tratada com um problema de origem sociais.

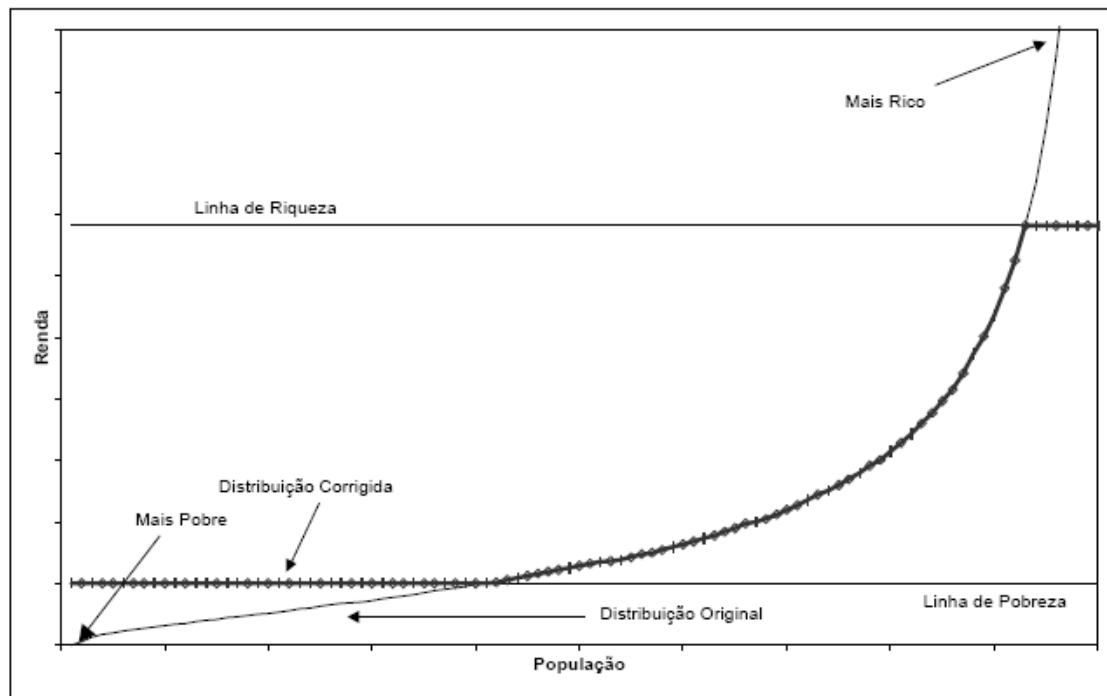
2.1.5. *Desigualdade*

Pobre não é uma pessoa que somente carece de alimentos ou de necessidades, é uma pessoa interligada ao meio em que vive, e sua concepção nos dias atuais está muito próxima do termo desigualdade. Onde ela existe numa forma mais intensa, maior se perceberá a quantidade de pobres numa região.

E países extremamente desiguais e relativamente ricos a redução da desigualdade pode ser uma estratégia importante para a erradicação da pobreza. Se as políticas implementadas para efetuar essa redução considerarem que, à medida que aumenta o volume de recursos de uma pessoa, diminui o impacto de cada unidade de recursos sobre seu bem-estar, o principal grupo negativamente afetado por uma estratégia de combate à pobreza pela redução das desigualdades será o dos ricos. (MEDEIROS, 2001, p. 5)

MEDEIROS (2001) sugere, sobre a desigualdade, que sua redução seja feita a partir de uma transferência de riqueza dos mais ricos para os mais pobres. Com a “idéia de que *a pobreza numa sociedade é inaceitável*”, ele traça duas linhas de renda, uma de riqueza e outra de pobreza. A linha de pobreza é traçada baseada na quantidade calórica consumida por dia como já comentado sobre o modelo, já a linha riqueza é construída a partir da linha de pobreza. Mas como? O autor expõe que essa linha é uma fronteira “que delimita a riqueza necessária para a eliminação da pobreza usando-se apenas a redução da desigualdade de renda”. (MEDEIROS, 2001, p. 8). Ou seja, o “excesso” de riqueza deve servir para extinguir a pobreza.

GRÁFICO 1
Nível e distribuição da renda em uma população hipotética
na lógica distributiva da linha de riqueza



Fonte: A construção de uma linha de riqueza a partir de uma linha de pobreza (2001)

No gráfico acima a linha fina representa a distribuição de riqueza original na sociedade, cortada por outras duas que são as linhas de riqueza e pobreza. A continuação dessa linha abaixo da de pobreza mostra a parcela dela que poderá ser extinta no caso de ser transferido o excedente de riqueza dos mais ricos, situado acima da linha de riqueza. Já SALAMA e DESTREMAU (2001) analisam o tamanho da pobreza de um país pela situação de sua classe média. Para eles, se determinado país possui uma renda média elevada e há um alto grau de desigualdade, a pobreza nesse país não pode ser muito grande, mas se a renda média for baixa há uma grande possibilidade de a pobreza ser muito maior.

Segundo os autores, privilegiando o mercado, a distribuição de renda ainda pode ser analisada de duas maneiras, a primeira levando em conta os fatores de trabalho que tem por “objetivo estudar as condições de reprodução do sistema” e a segunda sobre o aspecto da renda do indivíduo. Observa-se neste caso, que as famílias dos países “desenvolvidos” auferem rendas de maneiras diversas, enquanto nos países subdesenvolvidos, há uma predominância que as rendas adquiridas provenientes da

venda de sua força de trabalho, ou através de outros tipos de renda no caso dos trabalhadores do setor informal.

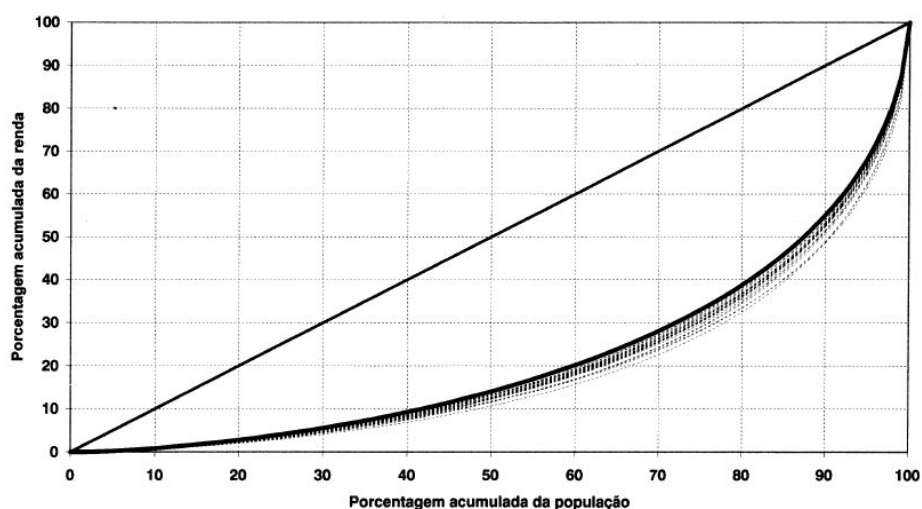
Com relação ao conjunto de países há uma diferença de perfis entre os países europeus e os latino-americanos e asiáticos, segundo os autores, a razão dos rendimentos médios nos países da Europa, considerando os 20% mais ricos contra os 20% mais pobres configurou-se em 1994 e 1995 em: 3,5% na França, 4 na Bélgica e 4,5% no Reino Unido, “enquanto que na América Latina 5% da população recebem 25% da renda total (33,9% em 1996, no Brasil, segundo IBGE), e essa cifra é de 16% na Ásia e de 33% nos países industrializados”. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 29)

Um dos raciocínios utilizados para essa diferença no perfil da desigualdade social entre os países europeus e latinos pode ser o fato de haver um sistema de trocas desiguais de mercadorias dos dois continentes ou devido à transferência de renda de origem financeiros dos países em considerados desenvolvidos para os países considerados em desenvolvimento. O alongamento dessa discussão não será objeto desse capítulo.

2.1.6. A curva de Lorentz e o Índice de Gini

Uma ferramenta muito utilizada para se mensurar a desigualdade de uma região é a chamada Curva de Lorentz, nela acompanha-se graficamente como a riqueza está sendo distribuída por toda a população, no eixo das abscissas, a população dividida percentualmente e no eixo das ordenadas, a renda dividida da mesma forma. Uma diagonal é traçada entre ambos os eixos expressando a distribuição ideal da renda na região, ou seja, se essa diagonal estivesse expressando absolutamente com a riqueza está sendo distribuída entre os indivíduos, não haveria desigualdade de renda no lugar.

Junto a essa linha, no mesmo gráfico, encontrar-se-á outra que expressará como está configurado o nível de distribuição de renda daquele local, ou de forma dinâmica, mostrando como tem evoluído a desigualdade ao longo do tempo, como demonstrado no gráfico abaixo, a linha principal que expressa a realidade da desigualdade de renda na região estudada, acompanhada de várias outras que demonstram ser a evolução dessa curva. Lê-se: 40% da população recebe 10% da renda região, ou, aproximadamente, 8% (100-92) da população detém 40% (100-60) da renda da região.



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a PNAD não foi a campo.

Fonte: <http://www.uff.br/cpgeconomia/V8N1/RICARDO.PDF>

Se essa diagonal expressa o nível ideal de distribuição de renda, e a curva o nível de distribuição real, a representação aponta para uma monitoração dessa desigualdade, para perseguir a linha que expressa a igualdade plena da renda numa região, e para isso é muito usado o Índice de Gini, que é calculado através deste gráfico. A área entre a curva e a diagonal dividida pela área compreendida abaixo dessa diagonal, expressa o Índice de Gini, que nada mais é que uma relação entre o real e o ideal, representado pelos valores 0 (igualdade plena) e 1 (desigualdade extrema). Ou seja, regiões cujos índices se aproximam de 0 (zero) têm níveis de distribuição de renda muito bom, do outro lado, países que tem seus índices aproximados de 1 (um) é porque possuem graus de desigualdade de renda muito alto.

2.2. As formulações de Amartya Sen

2.2.1. Funcionamentos, capacidades e liberdades

Outra forma completamente diferente de se visualizar a pobreza é pela ótica da liberdade. Ao individuo *lhe* é ofertada (ou não) pela sociedade uma cesta de funcionamentos que *lhe* confere (ou não) capacidades para escolher suas ações e com

isso a faculdade de não ser pobre. O que isso quer dizer? Que aos indivíduos pobres faltam-lhes oportunidades, e não apenas o que comer ou outros tipos de necessidades.

Amartya Sen, autor desse método, não desconsidera o efeito da renda sobre o bem-estar das pessoas e o nível de pobreza da sociedade, podendo ser ela em muitos casos a principal causa, mas segundo ele há três razões que fazem essa abordagem ser superior às que consideram a renda como elemento principal de suas análises: a pobreza por ausência de capacidades pode ser mais claramente observada do que pelo aspecto da renda; não é só a renda que gera incapacidades a um indivíduo; e “a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos” (SEN, 2000, p. 110)

Para Sen, essa relação entre baixa renda e baixa capacidade não é totalmente verdadeira e pode ser influenciada de quatro formas: pela idade das pessoas (os idosos geralmente possuem maiores necessidades do que os jovens), pelo sexo e papéis sociais (dentro de determinados costumes, as mães geralmente possuem maiores responsabilidades em seus lares do que os homens), pela localização (alguns lugares são mais propensos a inundações, secas e violência) e condições epidemiológicas (é característico, e muito difícil de combater, o desenvolvendo de doenças em algumas regiões) e outras situações em que as pessoas não conseguem ter um controle sobre as influências delas sobre sua qualidade de vida.

Pode haver também o que ele chama de “acoplamento de desvantagens”, que seria o caso de pessoas que possuem dificuldades em converter sua renda em capacidade, por exemplo, por questões de doenças. Esses indivíduos, contudo, precisariam dessas capacidades para se obter mais renda, justamente pelo estado de suas necessidades, mas não pelo estado em que se encontram, o quadro dessa forma seria mais grave, do que pensado somente pelo aspecto da renda.

A distribuição da renda dentro da família também encontra lugar dentro da análise quando, por exemplo, a renda familiar é usada somente em benefício de algumas pessoas. No Oriente Médio é normal a preferência familiar pelos meninos e isso faz com que a renda não seja distribuída igualmente entre os familiares, o que acaba provocando uma privação de capacidades às meninas (gerando subnutrição, negligência médica, entre outras), fato esse que não é observado quando se leva em conta apenas o aspecto da renda.

“A privação absoluta de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades” (SEN, 2000, p. 111), similarmente na concepção tradicional entende-se

como pobreza relativa. Ganhar mais em um país pode não significar ser mais rico do que em outro, pode inclusive ser mais pobre. Em países considerados ricos, o apelo ao consumo é muito grande, as pessoas, podem, para não serem consideradas “excluídas”, demandar um consumo por bens que talvez não seja regra em outros e dessa forma o consumo por esses bens pode reduzir significativamente a renda líquida, fazendo com que seja reduzido o bem-estar dessas pessoas.

O autor entende que as pessoas não buscam auferir renda como o fim de suas atividades, mas um meio para que se conquiste liberdade. Para ele, o dinheiro não é muito útil sem a presença de oportunidades que façam o indivíduo gastá-lo a fim de que o mesmo tenha certo nível de bem-estar na sociedade. Segundo Sen,

A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos e civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável, ou fome involuntária). (SEN, 2000, p. 31)

Ele classifica as liberdades em dois tipos: aquelas que possuem um “papel constitutivo” e as que possuem um “papel instrumental”. O papel constitutivo da liberdade, também tratada como fim primordial, trata-se da liberdade como um fim em si, ou seja, segundo ele, as pessoas devem ter a capacidade de livrar-se da fome, da morte prematura, ter acesso à educação, poder escolher seus governantes e a sociedade estar livre da censura. Por outro lado, o papel instrumental da liberdade atém-se ao fato de ser, segundo o autor, o combustível do desenvolvimento nas sociedades. E classifica esse instrumento em vários tipos:

- Liberdades políticas: as oportunidades que os indivíduos têm de decidir sobre seus governantes, de fiscalizá-los, de ter uma imprensa sem censura e de poder escolher entre diferentes partidos políticos – democracia;
- Facilidades econômicas: a liberdade de compra, venda (produção) e troca;
- Oportunidades sociais: as condições de saúde, educação, que acaba dando às pessoas a oportunidade de se viver melhor;
- Garantias de transparência: diz respeito ao dessegredo e clareza das informações aos agentes econômicos;

- Segurança protetora: se refere à garantia de que as pessoas não serão conduzidas à miséria, à fome ou à morte na sociedade.

Um ponto fundamental para o autor é que as liberdades que o indivíduo conquistou em determinado momento, abrem novas oportunidades e se inicia um ciclo virtuoso, pois as liberdades produzem maiores funcionamentos e capacidades, que por sua vez, produzem mais liberdades. Para ele assim, as liberdades estão totalmente ligadas entre si, e produzindo umas as outras, inclusive entre os dois papéis, o constitutivo e instrumental, e o que isso quer dizer? Que as liberdades políticas podem ajudar a fomentar as facilidades econômicas – como exemplo – ou um papel ajudar na produção do outro. Para Sen,

A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdade de outros tipos. Portanto, os dois papéis estão ligados por relações empíricas, que associam um tipo de liberdade a outros. (SEN, 2000, p. 54)

Para Sen, esse estágio é muito importante, pois se inicia um processo de determinações recíprocas de uma liberdade à outra, isso é elementar para a produção do desenvolvimento, em sua visão. Segundo ele, “o processo de desenvolvimento, quando julgado pela ampliação da liberdade humana, precisa incluir a eliminação da privação desse pessoa”. (SEN, 2000, p. 53). A liberdade assim, está ligada a oportunidade das pessoas em escolher e com isso decidir sobre seus destinos. Não obstante, as pessoas estão sujeitas a algumas condicionantes, que ele define de funcionamentos e capacidades. Os funcionamentos para ele estão ligados à idéia de condições mínimas na sociedade de sobrevivência e interação com ela, ou seja, o indivíduo precisa,

Ser alimentado de maneira adequada, ter boa saúde, prevenir-se contra riscos evitáveis de morbidade e mortalidade prematura, até mesmo em realizações mais complexas, como ser feliz, ter respeito a si próprio, participar da vida comunitária etc. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 79)

Sen considera a capacidade um tipo de liberdade, a de escolher sobre que tipo de vida levar através de funcionamentos, e esse poder de escolha ele também define de “conjunto capacitário”. Segundo Sen,

O “conjunto capacitário” consistiria nos vetores de funcionamentos alternativos dentre os quais a pessoa pode escolher. Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto capacitário representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher. (SEN, 2000, p. 96)

Para o desenvolvimento, Sen distingue duas razões para dar importância da liberdade, a primeira diz respeito à avaliação e a outra à eficácia. É fundamental para a “liberdade global” (SEN, 2000, p. 33) a oportunidade de se obter resultados através da liberdade individual e a perspectiva de mudar a sociedade de forma ativa, sendo ele um agente da própria sociedade. Mas algumas variáveis também são vistas de forma diferente, no lado tradicional, são usadas como variáveis, a renda e a riqueza, já dentro da concepção de pobreza com privação de capacidades, elas são tratadas como, características e liberdades da vida humana; dentro do enfoque utilitarista, o enfoque na satisfação humana e felicidade, para Sen essa variável é tratada como “descontentamento criativo” e da “insatisfação construtiva” (SEN, 2000, p. 34).

VISÃO TRADICIONAL	LIBERDADES
Renda e riqueza	Características e liberdades da vida humana
Satisfação Humana	Descontentamento criativo e insatisfação construtiva

Outro ponto na teoria de Sen remete à importância do mercado dentro das liberdades humanas e analisa de duas formas, a primeira diz respeito à máxima de que “os mercados expandem a renda, a riqueza e a oportunidades econômicas das pessoas” (SEN 2000, p. 41), e sem contrapor a essa idéia comenta sobre a perda social que acontece “quando se nega às pessoas o direito de interagir economicamente umas com as outras” (SEN, 2000, p. 42). Conclui-se dessa forma, que um impedimento, ou alguma barreira ao funcionamento pleno do mercado ocasionará uma redução das liberdades na sociedade.

A visão do autor, portanto, é que os indivíduos não agirão passivamente diante do desenvolvimento econômico, mas individualmente terão a liberdade de agir e com isso construir seus próprios destinos. Para ele também, “o Estado e a sociedade têm

papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação e não de encomenda” (SEN, 2000, p. 71). Em outras palavras, cabe ao Estado fornecer aos indivíduos os funcionamentos necessários para que eles possam “caminhar com suas próprias pernas”.

2.2.2. Críticas ao modelo de Sen

Para CARDOSO JR. (2006), o método relativo ao desenvolvimento como liberdade possui dois limitadores que pra ele são o “automatismo” dado à liberdade como meio de se combater a pobreza, crítica que debate profundamente com o modelo, visto que a categoria liberdade é um dos pilares dessa teoria e, juntamente, a ênfase dada ao indivíduo. Baseado nas idéias de Marx e Polanyi o autor afirma que a liberdade econômica e a de mercado não são instrumentos eficientes de eliminação de pobreza e desigualdades:

Como bem demonstra a sólida produção teórica de Marx e Polanyi, acerca das vicissitudes do liberalismo econômico, a primazia dos valores individuais privados sobre os valores coletivos públicos está longe de servir adequadamente de motor principal de equilíbrio social no mundo contemporâneo (CARDOSO JR. 2006. p. 9)

Sobre a primazia do individual sobre o coletivo na teoria de Sen, ele diz que o Estado após fomentar as funcionalidades das pessoas, se isenta de responsabilidade futura sobre o indivíduo e deposita a culpa do insucesso e fracasso pessoal no próprio indivíduo, na teoria dele, os indivíduos possuem mais importância que a coletividade.

O entendimento da pobreza como privação de capacidades, se bem que alargue o raio de compreensão em relação ao critério da renda, nada mais é do que outra forma de ratificar a primazia do individual sobre o coletivo, fazendo o fenômeno de a pobreza ser, em grande parte, resultado das incapacidades pessoais no exercício de determinadas liberdades, como a de auferir renda pelos próprios meios, no mercado (CARDOSO JR. 2006. p. 9).

Dessa forma, Cardoso Jr. (2006) entende que embora a teoria seja um avanço dentro da pesquisa sobre o problema da pobreza, a sua compreensão sobre o caso não vislumbra uma perspectiva histórica e estrutural, ficando presa às amarras do individualismo e da perspectiva do mercado comum à maioria dos estudos que tratam

sobre a pobreza. Oliveira (2005) entende que o mercado é o centro da economia capitalista e o lugar onde devem ser resolvidas todas as instâncias da vida econômica dos indivíduos, assim, para ele, a liberdade acaba perdendo sentido, uma vez que as decisões da vida humana acabam sendo em última instância deliberadas não mais pelas pessoas, mas pelos mecanismos de mercado, de forma individual, e não coletiva.

Isso quer dizer que, as decisões tomadas individualmente faz com que, de uma forma geral, todas elas passem pelo mercado, o que induz a coletividade a entregar um resultado final delineados pelos mecanismos econômicos estabelecidos, pois a liberdade só existe dentro do mercado e nunca fora dele. A liberdade do homem, segundo Oliveira (2005), no capitalismo, passa então a ser fruto não das volições pessoais, contrariando o método da pobreza como privação de capacidades, mas da liberdade de preços,

A condição de possibilidade para a efetivação da liberdade na vida humana é, aqui, ao contrário do que haviam pensado as grandes filosofias da modernidade, a renúncia a toda liberdade pessoal e a total submissão a um mecanismo inconsciente: as leis de mercado. A liberdade do homem é fruto da liberdade de preços enquanto mecanismo de socialização. (OLIVEIRA, 1995, p. 64-65)

Assim, fica sem sentido se falar de liberdade, quando ela não é produto das vontades humanas, mas do mercado, de uma relação social e material que domina o capitalismo em todas suas as alçadas, que começa na produção e termina com a dominação completa da consciência humana. “A produção de idéias, de representações e da consciência está no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercambio material dos homens, como a linguagem da vida real” (MARX, 2005).

2.3. Um debate sobre as formas de mensuração e suas relações com os arcabouços teóricos de Smith, Marshall e Marx.

Parte do segundo capítulo se responsabilizou em mostrar as formas utilizadas para medir o nível de riquezas e privações da sociedade, apresentando os métodos que tem como focos a carência alimentar de uma parte da população, as necessidades básicas insatisfeitas, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a pobreza nas formas relativa e subjetiva, a desigualdade de renda da população e o Índice de Gini. No entanto, tais métodos apenas exprimiram a realidade e não fizeram uma análise pormenorizada do tema.

Não obstante, essas metodologias mostraram-se uma importante ferramenta para apontar certos aspectos das populações e se elaborar políticas de combate à pobreza; mas elas, principalmente as que trabalham em nível hegemônico, não produziram resultados satisfatórios por um período de quase 20 anos na América Latina. O que, sem dúvida, gerou questionamentos se essas políticas seriam capazes na época de conquistar uma redução drástica da pobreza.

Ainda no segundo capítulo, Sen trabalha com a idéia diferente sobre como observar a pobreza. Como visto anteriormente, toda pessoa deve nascer com um conjunto de funcionamentos, que são condições mínimas de sobrevivência e interação na sociedade e, para não se tornar pobre, o indivíduo necessita de capacidades de possuir uma vida longa e saudável. Essas capacidades estão condicionadas à dupla função da liberdade, que é dar ao ser humano a faculdade de se livrar da fome, da morte prematura, de obter educação, escolher governantes, e estar livre para expressar suas opiniões; e através da sociedade oferecer a ele liberdades políticas e econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Segundo o autor, essas liberdades se retroalimentam e provocam uma espécie de “reação em cadeia” de fornecimento dessas mesmas liberdades; contudo, elas deverão ser conquistadas pelas próprias pessoas, como agentes sociais, devendo de forma participativa buscar a promoção de meios para que a sociedade sempre fomente mais e mais liberdades; aos indivíduos carentes de capacidades, poderá o Estado suprir essa deficiência de modo que doravante possibilite-os independência econômica e social.

Mas um ponto fundamental desta teoria está na importância que se dá ao papel do mercado enquanto realizador das liberdades humanas. Segundo ele, o conjunto capacitário é definido na esfera das liberdades que é determinado pelo mercado, o lugar das realizações humanas e econômicas; assim, todas as decisões tomadas pelos indivíduos para uma vida de poucas privações estarão condicionadas às regras mercadológicas na qual os países estão inseridos. Percebe-se, então, que não há um rompimento dentro do estudo sobre as formas de se produzir riqueza, pois assim como as outras teorias, dão importância supra ao mercado para o fomento do bem-estar social.

Mas qual a relação das idéias do primeiro capítulo com as do segundo? O primeiro ponto desta relação é o objeto de estudo comum em ambos, a produção da riqueza (e pobreza) na sociedade capitalista, no entanto, o primeiro priorizou-se em mostrar como a realidade social e econômica é tratada pelos atuais meios de estudo e para isso apresentou os métodos de carência alimentar, necessidades básicas

insatisfeitas entre outros, para apresentar as metodologias utilizadas na época para a aferição da pobreza e riqueza; mas é necessário lembrar que esses métodos não se resumem a “lentes de aumento” da realidade, como também a ferramentas para utilização de políticas de combate a pobreza e desenvolvimento econômico.

E o problema está justamente aí, é que as políticas utilizadas para se combater a pobreza na região, a desigualdade, o baixo IDH entre outros, ou se prenderam na natureza empírica desses fenômenos ou atenderam cegamente a uma orientação que, acredita-se, não foi discutida profundamente a respeito de suas possibilidades de êxito; assim, tentou-se resolver a pobreza dando aos pobres simplesmente recursos, a desigualdade com políticas de promoção de igualdades, o desemprego através reformas estruturais etc. Mas, tão necessário quanto se tentar resolver estes problemas é buscar as causas que na essência os produziu, para que as ações de promoção do bem-estar social sejam eficazes, e eficiente, trazendo bem-estar social ao maior número possível de pessoas dentro de um menor espaço de tempo.

E é nessa linha de raciocínio que trabalha o primeiro capítulo, realizando uma discussão através das idéias de Marx, Smith e Marshall. O trabalho procurou estudar as causas de forma mais aprofundada, ao mesmo tempo em que se fez um paralelo acerca da localização metodológica de onde se encontra o debate dos dois capítulos. Percebe-se, então, que no estudo do primeiro capítulo o foco principal se dirige às causas, o que em essência produz (ou não) a riqueza dentro da realidade capitalista, completamente diferente do nível de discussão que se vê no capítulo subsequente a ele. Assim, as formas de mensuração se tratam de fenômenos quanto o estudo das causas, da essência.

O que mostra uma dissociação das ações das causas nas metodologias usadas para a mensuração da pobreza na América Latina, dessa forma: se a teoria marxista estava correta, as políticas de combate a pobreza não teriam sucesso, pois como se viu o processo de produção capitalista é o gerador da pobreza, sendo este ainda peça essencial para o funcionamento do sistema, ou seja, a redução (drástica) da pobreza só poderia ter existido através de um novo modo de produção que não o capitalista; no entanto, se as teorias (neo) liberais da época estavam corretas, o período deveria ser marcado pela presença de uma forte redução da pobreza e miséria no continente, dada a intensidade das reformas que se sucederam no continente na época.

O segundo ponto de ligação entre as idéias dos dois capítulos é o mercado. É notório neste capítulo, mesmo com a teoria de Sen, que é em torno dele que giram as maiores possibilidades de bem-estar social e econômico, e que será sempre por ele que

isso se produzirá. O mesmo acontecendo na parte primeira do capítulo anterior, onde acontece uma discussão acerca das causas da produção da riqueza através do estudo sobre os pensamentos de Marshall e Smith, cujas idéias são afins ao papel do mercado dentro da economia capitalista; só acontecendo, no entanto, certa discordância no estudo sobre o pensamento de Marx que, em contraste, não demonstra uma visão tão otimista a respeito do mercado, como acontece através dos outros autores.

Mas, se para resolver um problema precisa-se primeiramente identificá-lo, certamente isso não faltou à questão da pobreza na América Latina nos últimos 30 anos, pois como mostrado anteriormente ela foi vista de várias formas, carência alimentar, boas condições de moradia, de abastecimento de água, de educação, de saúde, etc.; a pobreza também foi mostrada através do Índice de Desenvolvimento Humano, como ausência de saúde/longevidade, nível de educação e renda *per capita*; e sobre a ótica da desigualdade; das liberdades, entre outros.

Assim, se encarregou o capítulo II de apresentar através de várias formas, a mensuração da pobreza, pois acredita que elas foram fundamentais para as formulações de políticas de que visavam à redução da pobreza na América Latina de aproximadamente 1976 a 2006, já que sem dúvida para isto exige-se primeiramente a observação do fenômeno. Ou seja, a forma como se percebe e se cria um conceito sobre o problema é essencial para a definição de ações, como foi exatamente o que aconteceu no continente nos últimos 30 anos principalmente através dos relatórios e das orientações do Banco Mundial, que sem dúvida, foi determinante para formação econômica dos países latino-americanos a partir de 1980. O estudo sobre os documentos dessa Instituição se verá a seguir.

3. O Banco Mundial e as políticas de combate à pobreza na América Latina

Como se viu no capítulo II as formas de mensuração da pobreza passaram da noção de carência alimentar até chegar a formulações mais amplas como a de Sem, que enfatizam, além das causas econômicas, questões políticas e sociais e democracia. Foi mostrado também que se mensurar a pobreza é parte fundamental para a construção de políticas para o combate o problema, e no caso da América Latina de 1990 a 2006, o Banco Mundial se tornou o principal condutor dessas ações no continente. E será sobre essas políticas que trabalhará o presente capítulo, no entanto, se fará uma breve retomada histórica de modo que se visualize o contexto em que se intensificou a atuação dessa Instituição no continente.

Deu-se início, após a II Guerra Mundial, um período áureo do ponto de vista financeiro no planeta, marcado por uma expansão material de proporções globais, a reconstrução e o rearmamento da Europa; e para os EUA, principalmente, o controle (e o descontrole) da liquidez mundial, a formação de grandes corporações em sua economia sendo fundamental para a concentração e centralização do capital.

Continuando um processo de verticalização de seus processos produtivos após a II Guerra Mundial, as empresas norte-americanas ganharam substancial aumento de competitividade, o que Galbraith chama de superação do mercado, que ocorre quando,

A unidade de planejamento controla a fonte de abastecimento ou o mercado comprador; desse modo, uma transação que está sujeita à barganha de preços e quantidades é substituída por uma transferência dentro da unidade de planejamento. (GALBRAITH, 1985: p. 28-29 *apud* ARRIGHI, 1996, p. 298)

Essa integração vertical levou inevitavelmente à formação de grandes corporações dentro dos EUA, que se expandiram ainda mais com a abertura do mercado europeu para a sua reconstrução (tornando-se este uma vitrine para a abertura da economia dos outros países) e o rearmamento maciço deste continente (e depois para o restante do mundo), como forma de prosseguir com a liquidez e expansão da economia em nível global. Em nível geopolítico, o período ficou marcado pela bipolarização mundial, devido ao avanço do socialismo como forma, teórica, ideológica e alternativa de se produzir bens e serviços.

No entanto, essa expansão material da economia chegou ao fim por volta aproximadamente de 1968 a 1973, quando o sucesso dos negócios das grandes

corporações (através da reconstrução da Europa) alimentou um sistema de comércio de moedas estrangeiras que se tornou independente do sistema oficial de Bancos Centrais que adotava um regime de câmbio fixo na época. Ou seja, boa parte das movimentações financeiras das empresas norte-americanas estavam sendo feitas através deste mercado, que consideravelmente se tratavam de grandes cifras de capital. Por outro lado, tratava-se também de um mercado que estava livre para movimentação, já que não era regulamentado pelas autoridades americanas.

Assim, a reconstrução e o rearmamento da Europa trouxeram um fortalecimento do mercado de eurodivisas que fomentou não somente as necessidades de capital da Europa, mas também as de crédito do terceiro mundo. Isso significou um aumento da produção de riqueza também nos países em desenvolvimento, devido à grande liquidez do mercado internacional, aumentando os investimentos e o emprego nesses países e dando-lhes mais soberania. Mas, esta situação juntamente com a concorrência entre empresas por produtos primários, aumento dos salários, como característica de um sistema de produção fordista dominante na época, e o alto grau de inflação mundial de custos, provocou o primeiro “choque do petróleo” e a redução dos lucros no mundo; o que se concretizou também como um descontrole dos EUA sobre a liquidez mundial.

Como resposta a esta crise e visando concorrer com o mercado financeiro internacional, já que acreditava os EUA que era o controle da oferta de crédito pelo mercado de eurodólares que estaria afetando os lucros e a sua hegemonia mundial, resolveram então adotar um sistema de câmbio flutuante, o que lhes proporcionou maior controle sobre o mercado financeiro internacional. Isso lhes deu muitas vantagens,

Durante alguns anos, esses privilégios de fato proporcionaram ao governo e às empresas norte-americanas grandes vantagens competitivas, na escalada da luta intercapitalista pelos mercados e fontes de insumos primários do mundo. A frouxa política monetária norte-americana desviou recursos energéticos estrangeiros para o mercado dos Estados Unidos e proporcionou mercados compradores para os produtos norte-americanos, internamente e no exterior, à custa dos concorrentes europeus e japoneses. Além disso, deu aos Estados Unidos a liquidez que lhe era necessária para manter o ímpeto de sua expansão transnacional através de investimentos diretos e empréstimos externos. (ARRIGHI, 1996. p. 319-320)

Em outras palavras, a flexibilização do câmbio trouxe aos EUA o poder de depreciar sua moeda e com isso combater a inflação de custos e equilibrar sua balança comercial. No entanto, esta crise (por volta de 1970) deixou muitas marcas no comércio

mundial, pois com o primeiro choque do petróleo parte dos investimentos internacionais se direcionaram ao mercado petrolífero, cujos rendimentos novamente se direcionaram para o mercado de eurodólares.

Como apenas uma fração dessa massa imensa e crescente de “lucros do petróleo” podia ser prontamente reaplicada por seus recebedores em empreendimentos produtivos ou úteis, boa parte da renda ficou “estacionada” ou investida no mercado de eurodivisas, onde desfrutava de lucros relativamente altos e de liberdade de ação. (ARRIGHI, 1996. p. 322)

Dessa forma, os privilégios de *Seignorage*, vantagem que o país possui por ser o principal responsável pela emissão de moedas, se tornaram ineficazes ao longo do tempo já que o mercado de eurodivisas se fortaleceu cada vez mais, permitindo ao restante do mundo financiar indefinidamente o déficit no balanço de pagamento dos países (aumentando em níveis altíssimos o endividamento externo dos países), levando a economia mundial a continuar sua marcha de elevação do nível de preços no mundo. Ou seja, os EUA novamente teriam que travar uma nova batalha com o mercado de eurodólares para restabelecer a harmonia econômica mundial, no entanto, “se levada longe demais, essa competição poderia facilmente resultar na ruína financeira comum do governo e do empresariado norte-americanos” (ARRIGHI, 1996. p. 325).

Além dessa situação, os EUA começaram a perceber um maior foco das grandes corporações no intuito de dirimir riscos contra as incertezas da volatilidade dos mercados financeiros internacionais, o que as conduzia na prática a escolher entre os investimentos reais e financeiros. E foi dentro desse contexto, para o bem do Estado americano e do capital, que se firmou um acordo de paz entre ambos:

Em 1978, o governo dos Estados Unidos viu-se diante da opção de um confronto com a comunidade financeira cosmopolita que controlava o mercado de eurodivisas (se persistisse em sua política monetária frouxa) ou, em vez disso, de buscar uma acomodação (através de uma adesão mais rigorosa aos princípios e à prática de moeda forte). No fim prevaleceu a racionalidade capitalista. (ARRIGHI. 1996. p. 325)

E foi dessa forma que foi se configurou a crise de 1970, pois com o objetivo de enfrentar o capital pelo controle da liquidez de crédito no mundo, os EUA flexibilizaram seu câmbio o que ocasionou uma liquidez ainda maior do mercado de capitais, quase lhes levando a um colapso, o que lhe obrigou a tomar uma série de

medidas para contornar esta situação. Mas, as novas medidas tomadas por eles vieram na direção de diminuir a liquidez mundial e de trazer para si, os investimentos estrangeiros. Dessa forma, elevando as taxas de juros, deu incentivos financeiros para o capital circulante se centralizar nos EUA, com o intuito de equilibrar o seu orçamento público. Segundo Arrighi (1996):

A “aliança” dá resultante gerou lucros que superaram as mais róseas expectativas. A recentralização do poder de compra nos Estados Unidos logrou, quase instantaneamente, o que o poderio militar do país sozinho não conseguiria fazer. Os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos. (ARRIGHI, 1996, p. 334)

Para os Estados Unidos o problema foi resolvido, no entanto para os países de terceiro mundo os problemas apenas começaram, pois a redução da liquidez mundial tornou os credores internacionais mais seletivos e menos dispostos a financiar os déficits públicos dos países, com isso explodiu na América Latina a chamada Crise da Dívida Externa. Crise que se caracterizou também por grande oscilação no crescimento das economias, pela explosão da inflação, pelo descontrole dos gastos públicos, e pela contração nas taxas de formação bruta de capital fixo; o que fez em 1989 reunir FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Tesouro Americano a formar uma pauta de ações para os países conter esta crise, reunião que recebeu o nome de Consenso de Washington.

Tal Consenso definiu dez reformas nas quais deveriam passar as economias da América Latina de modo a tornar o mercado do continente mais eficiente:

O Consenso de Washington

O Consenso de Washington sobre reformas favoráveis ao mercado refere-se aos dez objetivos seguintes:

- Disciplina fiscal.
- Redirecionamento da despesa pública para a educação, a saúde e o investimento em infra-estrutura.
- Reforma fiscal: ampliação da base fiscal e corte das taxas de juros marginais.
- Taxas de juros determinadas pelo mercado e positivas (mas moderadas) em termos reais.
- Taxas de câmbio competitivas.
- Liberalização do comércio: substituição de restrições quantitativas por tarifas baixas e uniformes.
- Abertura ao investimento estrangeiro direto.
- Privatização de empresas estatais.
- Desregulamentação: abolição de regulamentos que impedem a entrada ou restringem a concorrência, exceto os que se justificam por razões de segurança, meio ambiente e proteção do consumidor e prudente supervisão de instituições financeiras.
- Segurança jurídica para os direitos de propriedade.

Fonte: Williamson 1993.

Fonte: Williamson, 1993 *apud* Banco Mundial, 2000, p. 63.

Assim, foi dentro desse contexto que se tornou marcante a presença do Banco Mundial, como principal agente formulador de políticas que visavam reduzir a pobreza na América Latina.

3.1. O Banco Mundial

O Banco Mundial é formado por um conjunto de cinco agências de amplitude mundial que juntas trabalham com o objetivo de se reduzir a pobreza no mundo. A Instituição é formada pelo BIRD¹ (1944) que é uma parte do banco designada para realizar empréstimos a juros baixos para os países que possuem renda *per capita* média, a AID² que se trata de uma agência menor que o BIRD destinada à realização de empréstimos sem juros aos países mais pobres. Além dessas duas o Banco Mundial

¹BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

² AID – Associação Internacional para o Desenvolvimento

também é composto de outras três agências, a IFC³ que trabalha exclusivamente com os setores privados das economias, a AMGI⁴ que faz seguros para investimentos em países em desenvolvimento, e a CIADI⁵ que julga a disputa sobre investimentos. (BANCO MUNDIAL (2009)

Quem governa o Banco é um representante escolhido pelos países membros e um adjunto para a Junta de Governadores, eleitos pelos 185 países que na atualidade compõe o Banco Mundial. No entanto, a responsabilidade sobre da elaboração das políticas fica por conta de uma Junta de Governadores que se reúne uma vez por ano para tratar desses e outros assuntos. Além das designações dessas pessoas, a Instituição ainda conta com corpo de aproximadamente 10.000 profissionais, sendo eles economistas, cientistas ambientais, analistas financeiros, antropólogos, engenheiros e outros. (BANCO MUNDIAL, 2009)

Assim, a função do Banco é a de fornecer empréstimos, mas também experiência técnica para projetos que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas. É uma organização que foi projetada, sobretudo, para a redução da pobreza tendo como foco empréstimos em obras em infra-estrutura, educação e meio ambiente. Observa-se que tal atuação se diferencia das ações do FMI (Fundo Monetário Internacional), cuja finalidade é assegurar o equilíbrio monetário e financeiro das nações. O Banco Mundial é um banco que teria que emprestar em períodos de desequilíbrio da balança de pagamentos e para programas de ajuste, a juros muito baixos devido às bem administradas reservas financeiras que possui. (BANCO MUNDIAL, 2009)

Segundo a Instituição, ela trabalha com duas formas de empréstimo, uma destinada a apoiar projetos de desenvolvimento social e econômico e outra ligada a reformas institucionais e políticas. Como pode se confirmar abaixo:

O Banco Mundial oferece dois tipos de empréstimos básicos: financiamentos para investimentos em bens, obras e serviços, destinados a apoiar projetos de desenvolvimentos sociais e econômicos em uma ampla gama de setores, e empréstimos de ajuste, que visam prestar assistência às reformas institucionais e de políticas. (BANCO MUNDIAL, 2009)

³ IFC – Corporação Financeira Internacional

⁴ AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

⁵ CIADI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos

Faz parte também do processo de concessão do crédito supervisionar cada projeto acerca de sua forma de execução e seus resultados. Ainda de acordo com ela:

Todos os empréstimos são regidos por políticas operacionais, que garantem que as atividades sejam implementadas de forma equilibrada nos planos econômico, financeiro, social e ambiental. (BANCO MUNDIAL, 2009)

Deste modo, o Banco Mundial constitui-se como protagonista privilegiado na reflexão sobre a pobreza e na aplicação de políticas de erradicação da mesma.

Para focar na dinâmica da pobreza na América Latina e a influência do Banco Mundial nessa realidade, a monografia se concentrará na observação de três documentos oficiais da Instituição visando conhecer as suas concepções sobre o problema ao longo dos anos, e se realizar um paralelo entre os métodos de mensuração utilizados em cada documento, bem como, as sugestões de políticas. Para tal, o capítulo vai aplicar-se em três relatórios: Pobreza (1990); Luta Contra a Pobreza (2000); A Redução da Pobreza e o Crescimento: Círculos Virtuosos e Viciosos (2006).

3.2. O relatório de 1990

O relatório do Banco Mundial de 1990 foi marcado pela expectativa em torno de seu lançamento, já que a década antecedente ao documento foi assinalada por uma grave crise financeira, que reduziu drasticamente a liquidez do mercado e afetou os níveis de investimentos das economias, aumentando a pobreza na região. E como dito foi este o contexto que antecedeu ao surgimento deste relatório, documento que se mostrava um importante recurso para a erradicação da pobreza no continente.

O documento é composto de nove capítulos. Inicialmente faz-se um balanço da economia mundial da época⁶; na sequência se discute o que é pobreza e as formas de mensurá-la; o terceiro capítulo busca discutir o mecanismo da pobreza e os fatores que influenciaram na performance dos países, o quarto capítulo foca na discussão sobre a promoção de oportunidades econômicas e a relação entre crescimento econômico e a renda dos pobres; o quinto sobre as políticas sociais que serão oferecidas aos pobres; o sexto capítulo, o papel das redes de segurança social; no sétimo faz-se uma discussão sobre a década de 1980 a respeito dos choques, das responsabilidades e da pobreza; o

⁶ No capítulo 7 do relatório é feita uma análise pormenorizada da crise dos anos 80

capítulo subsequente trata sobre o papel de fatores internacionais como o comércio, a dívida e a ajuda; e por último sobre a perspectivas para os pobres na região.

As análises do relatório tomaram como ponto de partida os dados da pobreza para a América Latina e o mundo em 1985:

Region	Extremely poor			Poor (including extremely poor)			Social indicators		
	Number (millions)	Headcount index (percent)	Poverty gap	Number (millions)	Headcount index (percent)	Poverty gap	Under 5 mortality (per thousand)	Life expectancy (years)	Net primary enrollment rate (percent)
Sub-Saharan Africa	120	30	4	180	47	11	196	50	56
East Asia	120	9	0.4	280	20	1	96	67	96
China	80	8	1	210	20	3	58	69	93
South Asia	300	29	3	520	51	10	172	56	74
India	250	33	4	420	55	12	199	57	81
Eastern Europe	3	4	0.2	6	8	0.5	23	71	90
Middle East and North Africa	40	21	1	60	31	2	148	61	75
Latin America and the Caribbean	50	12	1	70	19	1	75	66	92
All developing countries	633	18	1	1,116	33	3	121	62	83

Fonte: BANCO MUNDIAL, 1990, p. 42.

Note: The poverty line in 1985 PPP dollars is \$275 per capita a year for the extremely poor and \$370 per capita a year for the poor. The headcount index is defined as the percentage of the population below the poverty line. The 95 percent confidence intervals around the point estimates for the headcount indices are Sub-Saharan Africa, 19, 76; East Asia, 21, 22; South Asia, 50, 53; Eastern Europe, 7, 10; Middle East and North Africa, 13, 51; Latin America and the Caribbean, 14, 30; and all developing countries, 28, 39. The poverty gap is defined as the aggregate income shortfall of the poor as a percentage of aggregate consumption. Under 5 mortality rates are for 1980-85, except for China and South Asia, where the period is 1975-80. *Source:* Hill and Pebley 1988, Ravallion and others (background paper), and United Nations and World Bank data 198

Percebe-se, através desta tabela, que o Banco Mundial traça uma linha monetária de pobreza em 1985 estabelecendo que quem ganha menos de \$ 275,00 ao ano estaria inserido no grupo de pessoas que vivem na miséria (ou extrema pobreza), ou seja, sem recursos para se obter um consumo vital mínimo e quem possui renda superior a este valor, mas até o teto de \$370,00 é considerado pobre por não possui um consumo mínimo para se viver em sociedade, embora obtendo meios para sua sobrevivência. Em 1985 foi diagnosticado que havia 50 milhões de pessoas na América Latina que viviam na extrema pobreza (miseráveis) e 70 milhões (incluindo pobres e miseráveis). Percebe então que o Banco Mundial avaliava a pobreza por uma visão monetária:

A visão monetária da pobreza, veiculada pelo Banco Mundial, depende caracteristicamente dessa categoria: está calcada na apreciação das necessidades fisiológicas fundamentais, estas traduzidas em termos monetários com base no pressuposto de que a

renda que permite satisfazer – ou não – tais necessidades. Remete à idéia de mínimo de subsistência, mas exclui que se considere o acesso a bens e serviços coletivos. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 113)

Percebe-se esta visão monetária da pobreza também na citação abaixo:

Em regra geral, os organismos internacionais, como o Banco Mundial (1990, 1993), simplificaram os procedimentos de comparação. No que diz respeito aos países subdesenvolvidos, eles consideram que dois dólares PPA/dia, em 1985, constituem um piso que define a linha de pobreza na América Latina. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 60)

O relatório, segundo Farias & Martins (2007), possuía como tema central se mensurar a pobreza de forma qualitativa e quantitativa, predominando o seu conceito por indicadores econômicos como a renda *per capita*, como foi apresentado acima. E tal relatório também apresentava a estratégia que deveria seguir as políticas de redução da pobreza na América Latina e se baseava em dois pontos: no crescimento econômico como forma de aumentar o nível de empregos, e assistência social. Como se pode perceber a através do fragmento abaixo:

The first element is to abundant asset-labor. It calls for policies that harness market incentives, social and political institutions, infrastructure, and technology to that end. The second is to provide basic social services to the poor. Primary health care, family planning, nutrition, and primary education are especially important. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 2)

A Instituição entende que o problema consiste no funcionamento insuficiente do mercado, sendo ele ineficaz no sentido de oferecer a todos os indivíduos os bens e serviços necessários a uma vida de menos privações. Mas para conter isso, o Estado deverá ofertar bens e serviços que o mercado por si seria incapaz de oferecer. O plano é criar incentivos ao mercado para que ele trabalhe em sua máxima eficiência reduzindo ao máximo também a pobreza; dar ao Estado a tarefa de cuidar, responsavelmente, do pouco que resta, dos pobres, através da assistência social. Ou seja, o que aparente se apresenta apenas como uma política de redução da pobreza, trata-se também de política do crescimento econômico que tende por fim reduzir o problema.

Este conceito sobre a pobreza e as formas de reduzi-la pode também ser facilmente encontrado no relatório do Banco Mundial de 2000/2001:

O esquema de ação contido no Relatório de 1990 resultou do seu conceito de pobreza, da sua análise das causas da pobreza, da experiência dos anos 70 e 80 e do estado da economia mundial no fim dos anos 80. Pobreza era definida como baixo consumo e baixo aproveitamento em educação e saúde. O desenvolvimento econômico (gerado, em essência, pela liberalização do comércio e dos mercados, pelo investimento em infra-estrutura e pela prestação de serviços sociais básicos aos pobres, a fim de aumentar o seu capital humano) era tido como fundamental para reduzir a pobreza. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 31)

Sobre o crescimento econômico, pode perceber isso também através do trecho:

The best approach seems to combine two elements: (1) swift action on certain fundamental policies that are designed to provide the context for future growth and (2) macroeconomic policies that can moderate reductions in private consumption in the transition period. Such a mix can support effective adjustment and a relatively favorable outcome for the poor. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 104)

O texto acima faz alusão a uma estratégia de redução da pobreza na América Latina que é se buscar o crescimento econômico com o controle da inflação continente. Igualmente diz que as nações devem buscar ações rápidas para o crescimento futuro de suas economias somado isto a ações de controle inflacionário que poderá ter papel fundamental nesta tarefa. Também neste relatório é visto sobre qual deverá ser o papel do Estado no combate à pobreza no continente, como se percebe abaixo:

As rule, government interventions will blend elements of both redistribution and insurance. This chapter examines a range of policies under the following headings: food pricing and distribution; public employment schemes; social security. These complement the policies described in previous chapters and form a crucial ingredient in the overall strategy. Some of them have a surprisingly long history. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 91)

Nesta parte o relatório cita uma das tarefas que precisará desempenhar o Estado para a redução da pobreza e isto significa que ele deve desempenhar a tarefa de conter o nível de preços da economia, promover a criação de atividades que gerem emprego e renda para a população, como também investir na segurança social dos indivíduos, como forma de dar alento às famílias necessitadas. Isto mostra que duas são as tarefas para as nações através desse relatório: cuidar da macroeconomia de seus países de modo

a promover o crescimento econômico; investir em políticas assistências de modo a reduzir os efeitos das privações pelas famílias.

3.3. O relatório de 2000-2001

O contexto econômico antecedente ao relatório do Banco Mundial de 2000-2001 (década de 1990) se caracterizou pelo debate acerca da participação do Estado na economia, e vulnerabilidades das economias em âmbito local e nacional, visto que foram muito presentes no período as crises econômicas e os choques externos nas economias e com isso se agravando o problema para algumas famílias vulneráveis a essa situação.

O documento foi composto por onze capítulos sendo que o primeiro trata da natureza e evolução da pobreza no continente; o segundo, das causas da pobreza e esquema de ação; o terceiro capítulo sobre o papel do crescimento econômico para a redução da pobreza; o quarto capítulo uma discussão sobre o papel do mercado para o crescimento econômico e a pobreza; no quinto sobre a relação entre aumento do patrimônio dos pobres e a redução da desigualdade; no sexto, uma discussão sobre o papel do Estado na redução da pobreza; no sétimo, sobre a eliminação de barreiras sociais e o fortalecimento de instituições sociais; no oitavo, uma análise acerca das vulnerabilidades e riscos às famílias pobres; no nono, sobre o enfrentamento de crises econômicas e catástrofes naturais; no décimo a mobilização de forças globais para ajudar os pobres; e no décimo primeiro, sobre uma reforma na cooperação internacional de atacar a pobreza.

Dado que a pobreza não se reduziu de forma mais acentuada, a Instituição reconheceu o erro em tratar a pobreza apenas pelo caráter da renda. Como pode se perceber a seguir:

A estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 12)

Percebe-se também uma mudança do conceito de pobreza do relatório antes marcada predominantemente através de indicadores econômicos, e através desse documento outros elementos apresentaram relevância como fatores sociais, culturais e insuficiência de democracia. O que isso quer dizer? Que a população deveria ter mais autonomia para escolher, julgar e fiscalizar os seus representantes, pois só assim se perceberia a utilização adequada do gasto público frente a governantes elitistas, ineficientes, corruptos, frágeis e incapacitados. Assim propõe o relatório que as estratégias para a redução da pobreza, venha por três pontos: facilitar a autonomia, promover oportunidades e aumentar a segurança.

- Facilitar a autonomia: mudanças no modo de governar podem levar a uma maior participação dos pobres dentro dos processos políticos e com isso dar a eles um maior fornecimento de oportunidades de mercado e serviços sociais;
- Promover oportunidades: aqui o Banco Mundial enfatiza que políticas de redução da desigualdade devem ser colocadas em questão já que segundo a instituição isso se mostra bastante promissor na redução pobreza. O padrão de crescimento deve ser adequado à estrutura institucional da região para que menos pessoas possam sair perdendo com as reformas pró-mercado;
- Aumentar a segurança: trata-se da redução das vulnerabilidades a choques externos como forma de diminuir os efeitos de crises, por exemplo, aos pobres. E para isso enfatiza o acesso dos pobres a bens e ao mercado, como também o fortalecimento das instituições democráticas na região.

Segundo Salama e Destremau (2001), as mudanças deste relatório em relação ao documento de 1990 estavam centradas numa nova visão sobre o papel do Estado e sobre a pobreza, baseadas nas idéias de Amartya Sen. Pode-se perceber isso no trecho abaixo:

O próprio Banco Mundial, em seu relatório de 2000/2001 sobre a pobreza, demonstra uma notável evolução dos conceitos de governança e de capital social. Embora não se situe explicitamente na perspectiva da exclusão, esse relatório adota uma visão ampla, que lança mão dos argumentos filosóficos de Amartya Sen. A pobreza concerne às pessoas, aos seres humanos que estão por trás das estatísticas, e vai além dos aspectos de renda: engloba a vulnerabilidade, impotência, as desigualdades. Os três campos de ação propostos visam aumentar o poder dos pobres, dar-lhes mais

segurança e aumentar suas oportunidades, mobilizando para isso o Estado e as instituições. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 129)

Mas, segundo os autores, a pobreza no relatório de 2000/2001 estaria relacionada, da mesma forma que no documento de 1990, ao crescimento econômico como se percebe através do fragmento abaixo:

Para o Banco Mundial, a pobreza traz problemas enquanto fator de instabilidade sociopolítica que refreia a eficácia econômica. O pressuposto é que o mercado, quando as condições estão reunidas para o seu funcionamento máximo, tende a absorver a pobreza. Desde que uma dinâmica de crescimento seja assegurada, os Estados devem essencialmente melhorar o capital humano dos pobres empregáveis, a fim de permitir que se integrem na economia como trabalhadores e que sejam beneficiários do crescimento. (SALAMA e DESTREMAU, 2001, p. 108)

Visualiza-se isso também a partir do relatório do Banco Mundial (2000-2001):

O presente relatório vale-se de novos dados e de um conceito multidisciplinar que, em conjunto, ampliam o leque de atividades de desenvolvimento destinadas a reduzir a pobreza em suas múltiplas dimensões. Os dados confirmam que o crescimento econômico em escala mundial melhora a renda dos pobres e, a prazo mais longo, reduz a pobreza não medida pela renda. Ademais, a expansão das capacidades humanas dos pobres continua a ser decisiva em qualquer estratégia para a redução da pobreza, tanto pelo valor intrínseco de capacidades como as de saúde e educação, como pelo valor da sua contribuição para outras dimensões de bem-estar, inclusive a de renda. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 32)

E é neste relatório também que a Instituição pondera sobre os resultados alcançados através das políticas adotadas em 1990, como nos trechos a seguir:

O crescimento não pode ser iniciado ou interrompido discricionariamente. É certo que as reformas de mercado podem promover o crescimento e ajudar os pobres, mas também podem ser uma fonte de desajuste. Os efeitos das reformas de mercado são complexos e guardam uma profunda relação com as instituições e estruturas sociais. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 32)

A ênfase atribuída aos serviços sociais para formação de capital humano talvez tenha sido excessivamente otimista em relação às realidades institucionais, sociais e políticas da ação pública. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 32)

E a importância do mercado no desenvolvimento da economia local também possui destaque dentro do relatório conforme o fragmento que se segue:

Os mercados são importantes para os pobres, que dependem de mercados formais e informais como instrumentos de negociação do seu trabalho e seus produtos, financiamento de investimentos e seguro contra riscos. Mercados em bom funcionamento são importantes para gerar crescimento e expandir oportunidades para os pobres. É por isto que doadores internacionais e governos de países em desenvolvimento, em especial os democraticamente eleitos, têm promovido reformas que favorecem o mercado. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 61)

Portanto, apesar da mudança no conceito de pobreza o que se percebe pelo relatório é que a política de combate à pobreza continua a mesma devido à importância que se dá ao mercado na promoção do desenvolvimento econômico, acrescenta o documento, que a culpa pela insuficiência das políticas de combate à pobreza ocorreu devido ao gasto de forma ineficiente do dinheiro público, e para que as políticas realmente pudessem obter sucesso seria necessário reverter esse quadro através, entre outras coisas, de escolhas mais corretas e maior fiscalização dos representantes locais. Assim, o uso do dinheiro público destinado ao combate ao problema poderia ser mais eficaz.

3.4. O relatório de 2006

O relatório do Banco Mundial de 2006 sob o título Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuosos e Viciosos, parte da constatação de que é a pobreza a causadora do baixo crescimento econômico na América Latina, uma das regiões mais desiguais do mundo e que a forma mais eficaz de tornar o continente mais competitivo é se concentrando na redução da pobreza.

Este relatório é composto por nove capítulos sendo que o primeiro disserta sobre o que seriam ciclos virtuosos e viciosos e quais as implicações desses dois processos sobre a pobreza; o segundo capítulo trata sobre o papel da renda e do crescimento da determinação da pobreza; no terceiro capítulo é feita uma análise comparativa de longo prazo sobre a renda *per capita* e a desigualdade na região; no quarto capítulo é feita uma análise sobre o papel do crescimento e da desigualdade para a redução da pobreza; o capítulo cinco trata sobre algumas formas para se reduzir a pobreza no continente; o

sexto capítulo é sobre a análise do papel da pobreza sobre o crescimento econômico; o capítulo sete fala sobre as dimensões subnacionais do crescimento da pobreza; no oitavo capítulo comenta-se sobre os microdeterminantes para o crescimento; e por último, no nono capítulo, é tratado o tema sobre capital humano na América Latina.

Ou seja, o diagnóstico da pobreza na América Latina, neste momento, é que o tamanho dela na região estaria sendo um obstáculo ao crescimento, impedimento que elas crescessem vigorosamente e reduzissem a pobreza. O trecho abaixo retirado do relatório de 2000 remete a esse raciocínio:

Latin America's twin disappointments of relatively weak economic growth and persistent poverty and inequality are longstanding and intimately related. That raising income levels alleviates poverty, and that economic growth can be more or less effective in doing so, is well known and has received significant attention in the search for pro-poor growth. Less well explored is the reverse channel - poverty may, in fact, be part of the reason for a region's poor growth performance, creating vicious circles where low growth results in high poverty and high poverty in turn results in low growth. This report is about finding ways of converting this negative cycle into a virtuous circle of poverty reduction, in which broad-based attacks on poverty feed back into higher growth that in turn reduces poverty. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 2000)

Segundo o relatório, isso ocorre porque os pobres em geral não têm acesso ao crédito e aos seguros sociais, e dessa forma não conseguem participar de atividades que geram crescimento econômico e investimentos. Para a Instituição, visando complementar o crescimento da economia para a redução da pobreza, são necessárias políticas voltadas principalmente ao aumento do capital humano através de expansão do ensino médio e universitário, além de investimentos e infra-estruturas e outras políticas sociais mais voltadas aos mais pobres. Diante dessas idéias, o Banco Mundial orienta atacar a pobreza por quatro ações:

- Combinar políticas de crescimento econômico com políticas de redução da pobreza pode reduzir de forma mais eficaz este problema; dessa forma não se deve deixar apenas para o mercado o papel de reduzir a pobreza já que as transferências de renda para os mais pobres podem ter um efeito multiplicador sobre a riqueza e com isso ajudar a se reduzir o problema;

- Inserir políticas de combate à desigualdade social para se reduzir a pobreza mais rapidamente, é notadamente uma ação interessante tendo em vista que este problema é bastante característico da América Latina;
- Ampliar a concepção sobre a pobreza e atacá-la sob diversos ângulos, pois apenas pelo aspecto da renda torna insatisfatória qualquer tentativa, pois há controvérsias sobre sua eficácia para o aumento do bem-estar de uma população;
- Dar ênfase em políticas de renda condicionada já que ela permite o desenvolvimento de capital humano do país ao tempo que fornece uma renda em troca da presença do indivíduo na escola.

Percebe-se neste relatório uma maior flexibilidade nos conceitos de pobreza, já mostrada de forma bastante incipiente no documento de 2000-2001, neste caso, não só se reafirma uma nova concepção sobre a pobreza, como também indica que para reduzi-la deve tratá-la sob outros entendimentos que não sejam apenas pelo aspecto da renda. Nota-se também uma atenção maior dada à pobreza neste relatório, já que nos relatórios anteriores o foco estava na criação de incentivos ao mercado, visando estimular o crescimento econômico. No entanto, neste relatório seguindo o raciocínio dos Ciclos Viciosos, é o tamanho da pobreza que estaria atrapalhando a sua própria redução, sendo assim seriam necessárias medidas como as citadas acima para reduzi-la.

De acordo com o relatório uma das principais medidas é o investimento em capital humano como citado abaixo:

Human capital is essential for enhancing the productivity of the Latin American poor and accelerating growth and poverty reduction. Why are the Latin American poor not accumulating enough human capital? What main policies can ensure they get the minimum level of skills required to break the cycle of poverty and low human capital? This chapter finds that an educational divide keeps the poorly educated in persistent poverty. That divide is caused by a combination of liquidity constraints and lumpy and uneven returns to schooling. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 165)

Mas uma das coisas que tem de mais marcante nesse relatório em relação aos outros dois é a passagem do foco no combate á pobreza. Nos dois primeiros se via explicitamente que a principal forma de se reduzir a pobreza no continente era investindo em mecanismos de mercado que criassem incentivos à economia e assim ao longo de seu desenvolvimento a pobreza ia se eliminando. No entanto, após os

resultados das políticas para se reduzir a pobreza, e a magnitude dela no continente (aproximadamente 40%), o que salta aos olhos é que o fenômeno não se trata de bolsões de pobreza mais de uma realidade cada vem mais forte na região.

Ou seja, a pobreza na América Latina por seu tamanho não se trata de um fenômeno residual como tratado em outros países, mas de um problema crônico que influencia de veras a dinâmica e o perfil das economias na região. O que possivelmente ajudou a definir a nova linha estratégica do Banco Mundial no combate à pobreza na região, na orientação para que os países passassem a ampliar as formas de combater a pobreza, observada sob várias óticas, investindo também em capital humano. Assim, através dessas políticas e desse novo foco, espera-se que as economias quebrem o ciclo vicioso da pobreza e consigam crescimento sustentado na região.

3.5. Sintetizando os relatórios

Esta parte tratou de mostrar como se comportou as propostas de redução da pobreza na América Latina entre 1990 e 2006 através de três relatórios e percebeu que assim como as recomendações foram se modificando ao longo do tempo os conceitos de pobreza também se alteraram, dessa forma, ocorreu que em 1990 a pobreza se apresentava como insuficiência de renda e a solução para o problema era o crescimento econômico e transferência de renda para os pobres; no relatório de 2001, mesmo prevalecendo a idéia do gasto inadequado do dinheiro público como principal causador da ineficácia das políticas de combate à pobreza, nas entrelinhas, a pobreza aparece ainda como insuficiência de renda e o crescimento econômico juntamente com assistência social se mostra bastante relevante dentro do trabalho.

O documento de 2006 apresenta uma nova proposta para se combater a pobreza, que é aumentando-se o foco do combate a ela, já que o diagnóstico é que a pobreza estaria atrapalhando o crescimento econômico e com isso impedindo que haja redução de forma mais sólida através do mercado, devido à maior oferta de empregos e oportunidades econômicas. Assim, o relatório propõe que se ampliem as formas de combate ao problema, pois a Instituição acredita ser obsoleta a análise do problema apenas pela ótica da insuficiência da renda, e que assim o investimento em capital, por exemplo, deve entrar como estratégica para se reduzir o fenômeno.

No entanto, mesmo com tantas inovações ao longo dos anos um ponto se mostrou presente nos três relatórios, o papel do mercado como principal agente indutor

do desenvolvimento da região. Assim, eles mostram que é pelo mercado que devem ser pensadas as políticas de redução da pobreza. Para se visualizar melhor a dinâmica dos conceitos de pobreza para o Banco Mundial no período, segue o resumo abaixo:

- Relatório de 1990: a pobreza é tratada como residual diante da importância que é dada ao mercado como provedor do emprego e renda;
- Relatório de 2000: a orientação das políticas de redução da pobreza no início da última década estavam corretas, mas que a culpa da ineficácia delas se devia ao perfil dos governantes da época, e assim se tornava mister a participação popular através da democracia para a consecução de políticas exitosas.
- Relatório de 2006: mesmo se invertendo a ordem dos papéis na redução da pobreza, o relatório entende que o mercado é o principal indutor do crescimento econômico, e para se resolver o problema se deveria aumentar o gasto em políticas social aumentar dessa forma o multiplicador da econômica, o que induziria o crescimento econômico; e se investindo mais em capital humano de forma a aumentar a competitividade da mão-de-obra e as oportunidades econômicas dentro do mercado.

Assim sendo, percebe-se que em todo esse tempo a posição do mercado dentro dos três relatórios nunca foi alterada, sempre acreditando ser ele capaz, através de políticas, em promover o crescimento econômico da maior forma possível, englobando o maior número de indivíduos ao círculo virtuoso da riqueza e do desenvolvimento. Entretanto, percebe-se que o mercado foi retirado do não alcance dos resultados almejados pelos relatórios, pois não houve nenhuma menção ao mesmo sob os resultados das políticas no continente, mas à ineficiência do gasto público, à estrutura do Estado e à própria pobreza, como relatado nos documentos do Banco Mundial em 2000 e 2006. Questão que poderia ser pensada, pois de acordo com idéias de Marx o funcionamento do próprio mercado pode ter contribuído para os resultados das políticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou abordar os efeitos dos programas de redução da pobreza, basicamente orientados pelo Banco Mundial, sobre a América Latina no período entre 1990 e 2006. A análise também portou do estudo da realidade econômica e social do continente de 1976, período imediatamente antecedente ao que desembocou na chamada Crise da Dívida na Região. O objetivo do trabalho foi entender as causas pelas quais a pobreza no continente não se reduziu de forma mais acentuada, e considerou como principais documentos para o estudo para a época, três relatórios do Banco Mundial, através dos relatórios do Banco Mundial.

Para tal se considerou como hipótese que as políticas de redução da pobreza implementadas no continente se focaram apenas nas manifestações empíricas do problema, ou seja, uma vez observado que os indivíduos na região são considerados pobres por que não possuem uma renda que lhes proporcionem um consumo de alimentos e desfrutar de necessidades básicas adequadas na sociedade em que vivem, a transferência de renda a essas pessoas (e políticas de distribuição de alimentos) era é vista como uma solução a ser utilizada, como forma de se reduzir a pobreza.

Como categorias de análises foram utilizadas os aportes teóricos de Smith, Marshall e Marx. Viu-se que para Smith o desenvolvimento pleno do mercado e de seus mecanismos, como a especialização do trabalho, o aumento do mercado de bens e do consumo, da legitimidade dos direitos de propriedade, traria o crescimento econômico, o aumento da riqueza e, portanto, a redução da pobreza. Pode-se entender então que a pobreza seria resultado da ausência de capitalismo.

Para Marshall seguindo a mesma linha de raciocínio, a economia deveria prezar pela liberdade individual, promoção da livre iniciativa e da concorrência, do direito de propriedade, símbolos da doutrina liberal. Não obstante, entre outras coisas, as nações deveriam dar atenção também para a industrialização, para o progresso técnico pelo trabalho, pela abstinência ao consumo, educação e cooperativismo. Assim para o autor, a satisfação de todos esses elementos, traria a promoção da riqueza e do bem-estar. Ao que se percebe, assim como Smith, Marshall trabalha também com a idéia de que a pobreza pode se caracterizada como inexistência do capitalismo, e a expansão do mesmo, com todos os seus elementos, elevaria a condição de bem-estar da população.

Ao contrário disso, Marx acredita que a pobreza é inevitável dentro do capitalismo já que o seu funcionamento provoca *per si* efeitos deletérios sobre o salário

e o estilo de vida do trabalhador, o que redundava inevitavelmente em perda de sua qualidade de vida. Para ele, na busca obsessiva para reverter o quadro de tendência decrescente da taxa de lucro, os capitalistas buscavam inovação dos meios de produção, o que, geralmente, resulta em desemprego; fato que promove menores salários e pobreza para a classe trabalhadora. Pois para o trabalhador, tendo apenas a sua força de trabalho como meio de subsistência, o desemprego deste fator de produção traz sérios riscos para a reprodução diária de sua força de trabalho. Pode-se perceber então que os dois primeiros possuem idéias semelhantes acerca do tema da pobreza, enquanto Marx toma direção oposta em sua teoria.

Para se entender se as formas de redução da pobreza tiveram um caráter predominantemente empírico foi necessário o estudo sobre os métodos de mensuração utilizados no continente. Assim se analisou a pobreza sob a perspectiva da carência alimentar, necessidades básicas insatisfeitas, IDH, pobreza relativa e subjetiva, desigualdade e Índice de Gini, e liberdades. Contudo, o capítulo não respondeu completamente à hipótese.

Mas, foi através do estudo dos relatórios sobre pobreza do Banco Mundial de 1990, 2000 e 2006 que se constatou que a hipótese de que as políticas para a redução da pobreza no continente não tiveram um caráter superficial, já que elas estavam amparadas pelas idéias de Smith e Marshall. Através da análise se descobriu que mesmo diante de características inerentes a cada relatório, a pobreza era ocasionada por ausência de capitalismo, e dessa forma se prescreveram políticas que visaram o desenvolvimento pleno dos mecanismos de mercado de modo a preencher o espaço que lhe falta para dentro da economia e proporcionar o aumento da riqueza no continente.

E foi através da análise destes três relatórios que se identificaram determinadas mudanças na forma de se observar a pobreza, mesmo tendo em comum ao longo desse tempo a centralidade do mercado na condição de principal mediadora entre os processos de bem-estar e as pessoas. Assim, se através dos relatórios os conceitos de pobreza foi se transformando ao longo do tempo, assim como as políticas econômicas e sociais acerca do tema da pobreza, como também na importância dada à categoria pobreza dentro das recomendações no período.

Conforme visto, o relatório de 1990 trata a pobreza sob o aspecto da renda e prescreve para a redução deste problema na América Latina aperfeiçoamentos nos mecanismos de mercado da economia e políticas de combate à pobreza. O conceito de pobreza é percebido pela ótica renda, entendendo que sem ela o indivíduo é incapaz de

se ter condições apropriadas de vida e dentro desse aspecto podem-se englobar vários elementos como carência alimentar, boas condições de moradia, boas condições de saúde, entre outros. As respostas a isso seriam ofertadas pelo mercado, e assim as pessoas inseridas nele poderiam ter acesso a esses bens e serviços, do contrário seriam pobres pela análise do Banco Mundial. No entanto, quais seriam as formas de acesso a esses indivíduos aos bens e serviços ofertados pelo mercado?

Segundo a Instituição, em 1990, a melhor forma das nações oferecerem a esses indivíduos os bens e serviços necessários a uma vida adequada seria através do crescimento econômico, distribuindo emprego e renda para a população, e pela assistência social através de políticas de combate à pobreza. E nesse contexto, é importante a forma como a pobreza é vista por esses organismos, pois se entende ela como carência alimentar, as ações se focarão na distribuição de alimentos, mas dentro de outras perspectivas as ações seriam outras. Vale ressaltar que, embora as atenções estivessem voltadas para a redução dos efeitos da pobreza, neste relatório essas políticas foram pensadas de forma acessória no combate à pobreza na região, sendo o crescimento econômico foi a principal forma de reduzir a pobreza na América Latina.

Ou seja, o plano do Banco Mundial (em 1990), em resumo, se baseou em duas frentes: em primeiro lugar, fornecendo os incentivos necessários para o funcionamento adequado do mercado, para que ele trabalhando em sua máxima capacidade, a pobreza se reduziria ao mínimo. E, de forma secundária, o Estado forneceria aos indivíduos não inclusos à economia de mercado, bens e serviços necessários à sua sobrevivência e, para isto, pesaram as formas de mensurar a pobreza como pela carência alimentar, necessidades básicas insatisfeitas, IDH, entre outros.

No entanto, passados dez anos de incentivos de mercado visando o seu funcionamento pleno e implantação políticas de combate à pobreza na região, os números da pobreza diminuíram em termos relativos passando de 48,3% para 42,5% da população, significando uma redução de quase 6% ao longo de uma década. Contudo, embora significativos os números em 2000, a pobreza na América Latina ainda girava em torno de 40% da população e 207 milhões de pessoas, o que de fato fez entender para o Banco Mundial que essas tentativas ao longo da década não tiveram os resultados esperados e que novas formas de combater a pobreza se faziam necessárias.

No relatório do ano 2000, além do Banco Mundial reconhecer o fracasso das políticas de combate à pobreza na década de 1990, entendeu a Instituição também que estava errada em observar a pobreza apenas pelo critério da renda e que a pobreza

deveria ser pensada de forma mais ampla, incluindo o papel da democracia nesta análise. E é, portanto, nesse contexto que se inclui as influências das idéias de Sen (2000) acerca da participação políticas dos cidadãos para a promoção da democracia e em tempo futuro o aumento do bem-estar da população. A teoria da Organização se baseia em três pilares, os funcionamentos, as capacidades e nas liberdades indivíduos – uma das categorias principais do pensamento clássico.

Este relatório, como já comentado, reconheceu o erro na adoção das políticas de redução da pobreza no continente da década de 1990, mas com relação ao funcionamento do mercado entende-se que o seu raciocínio continuou o mesmo do início da década passada, a de criar incentivos de mercado e de se buscar o seu funcionamento pleno, já que o foco deste relatório estava na mudança de perfil dessas democracias, porque para a Instituição o combate à pobreza não evoluiu de forma suficiente devido à utilização inadequada do gasto público para tal fim, debitada à existência de governantes elitistas, ineficientes, corruptos, frágeis e incapacitados; como também às crises de liquidez das economias que agravaram a pobreza na região.

Dessa forma a orientação dada pelo Banco Mundial, através do relatório de 2000, a economias latino-americanas foi a de se prosseguir com as políticas de incentivos de mercado, porém que fossem repensadas as democracias dos países, observando a participação dos indivíduos como agentes condutores de seus próprios destinos, já que para eles um dos motivos pelo qual a pobreza não diminuiu no continente foi devido à insuficiência de democracia. Reduzir a desigualdade social no continente a partir de programas de transferência de renda, as vulnerabilidades externas das economias e a criação de um sistema de segurança protetora em que viabilizasse reduzir os impactos de choques externos aos pobres, também fazia parte das políticas.

A tendência de queda da pobreza a partir desse relatório continuou e a pobreza em seis anos (2000-2006) passou de 42,5% (BANCO MUNDIAL, 2006 *apud* REIS, 2006) da população para 38,5%, percentualmente ainda mais baixo que no início da década de 1980, porém com 205 milhões de indivíduos abaixo da linha de pobreza. Para o Banco Mundial a pobreza na América Latina próxima de 40% ainda não torna confortável para o papel da Instituição no continente e por isso em 2006 é divulgado um novo relatório da Instituição constando outro diagnóstico sobre a pobreza na região além de novas orientações.

Este relatório fez o diagnóstico de que a pobreza no patamar em que está interfere no crescimento econômico da região e, por causa disso, a pobreza não tem se

reduzido de forma mais acentuada na América Latina de 1990 até 2006. De fato, a pobreza no continente ao longo desses 30 anos girou em torno dos 40% da população, de acordo com os próprios dados do Banco Mundial e isso representa a mesma proporção um grupo de pessoas (205 milhões) que possuem formas muito incipientes de acesso ao mercado, e isso de forma inexorável para a economia do continente representa um mercado consumidor muito aquém do que podia se esperar para a região, dada a magnitude de sua população.

De acordo com as idéias de Smith, isso se traduz numa menor especialização do trabalho, numa menor produção de bens, numa menor satisfação das necessidades e, portanto, numa menor produção de riquezas no continente. O que significa que a pobreza de fato deve ser combatida de forma mais veemente na América Latina caso se deseje um resultado mais eficaz no combate a ela, pois a combatendo haverá mais espaço para um crescimento econômico mais robusto na região, como visto no período pelos relatórios de 1990 e 2000.

Este documento também cita que a persistência da concepção de pobreza apenas pelo critério da renda trouxe sérios prejuízos no combate a ela, sendo que o problema não deveria ser visto nem por ela nem por outras instituições, apenas por esse aspecto sob o risco de não se conseguir de forma mais eficaz sua redução, o que sem dúvida mostra uma maior abertura da Instituição a novas idéias para o combate à pobreza. Em vista disso, o Banco Mundial sugere que os países invistam mais em capital humano visando, pela educação, aumentar a competitividade e a qualidade da mão-de-obra, elevando assim a renda dos trabalhadores e a ampliação do mercado de bens e serviços do continente, tão necessários para um maior crescimento econômico.

Após o estudo comparativo entre os capítulos, ainda foi possível notar o próprio funcionamento do capitalismo gera pobreza e isso poderia ter atrapalhado as ações financiadas pelo Banco Mundial para o continente. Ou seja, dentro da perspectiva das teorias de Smith, Marshall e das adotadas pelo Banco Mundial, o capitalismo seria o responsável pela oferta plena dos bens e serviços necessários ao bem-estar social para todos os indivíduos. E, em geral, o grupo de pessoas que ainda não fosse beneficiado por esta providência, se justificaria pela ausência do mercado na região.

No entanto, de acordo com as idéias de Marx, o crescimento econômico dentro do capitalismo não seria sinônimo de redução de pobreza já que há várias situações em que isso pode ocorrer exatamente o contrário. Para ele, o funcionamento do mercado produz concomitantemente com a riqueza a pobreza - riqueza para as pessoas

proprietárias dos meios de produção e pobreza para a classe trabalhadora. De acordo com a Lei Geral da Acumulação Capitalista o sistema força o empresário a investir em formas cada vez mais produtivas, o que inevitavelmente, gera desemprego e aumento da população relativa, forçando o nível de salários para baixo.

Interpretando essas idéias e contextualizado-as para a realidade da América Latina dos últimos 30 anos, pode-se dizer que elas se tornam relevantes para a explicação acerca dos resultados das políticas de redução da pobreza no continente. Pois os incentivos dados ao mercado, através da lógica capitalista, podem ter reduzido através do desemprego, da redução dos salários, entre outras coisas, os benefícios que poderiam ter trazido um funcionamento mais adequado do mercado na economia.

Em outras palavras, o aumento da produção de bens e de riquezas, pode ter provocado *pari passu* aumento da desigualdade social, da pobreza, da redução dos níveis de desenvolvimento humano, e com isso reduzido o bem-estar da população trabalhadora. Ao mesmo tempo, as políticas de combate à pobreza viriam apenas para compensar as perdas ocasionadas por esses incentivos na economia.

Assim, considerando que o patamar da pobreza continua alto na região confirma-se a perspectiva da monografia de que se chega o momento de ampliar, ainda mais, o entendimento sobre as políticas de combate à pobreza. Isto posto, e reconhecendo o alargamento sobre o problema pelo Banco Mundial, já não é conveniente o uso de ações que estejam fora do arcabouço capitalista? Será que as causas da pobreza na América Latina não justificam a existência da propriedade privada e da apropriação individual dos esforços coletivos? Ou, enfim, à forma de sociabilidade preconizada pela lógica de capital no continente?

Por fim, o resultado da investigação não permite responder a nenhuma dessas questões de forma mais abalizada. No entanto, tais provocações poderão ser debatidas em pesquisas e investigações que se concentrem em tais questionamentos.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto. 1994.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 28/07/2009.

_____. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington: Banco mundial, 1990. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/12/13/000178830_98101903345649/Rendered/PDF/multi_page.pdf. Acessado em 29/06/2009.

_____. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington: Banco mundial, 2000-2001. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/ALutaContraAPobreza2000-2001.pdf>. Acessado em 29/06/2009.

_____. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington: Banco mundial, 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186325351029/16Full.pdf>. Acessado em 29/06/2009.

BOTTOMORE, Tam. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARCANHOLO, M. **Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do consenso de Washington**. 2006. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/129_57806a64fb26c82cdd28e53279449de7.pdf. Acessado em 09/07/2009.

CODES, A. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA. TD n. 1332, 2008.

CORREA, H.; CARCANHOLO, M. **A nova CEPAL e o “mal-estar” social na América Latina.** 2007. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/___737_100c5903a359249950e80eec31105ab6.pdf. Acessado em 14/03/2009.

FARIAS, F.; MARTINS, M. **O conceito de pobreza do Banco Mundial.** 2007. Disponível em: <http://www.tensoesmundiais.ufc.br/artigos/Revista%205/Adjacy.pdf>. Acessado em: 09/07/2009.

GOMES, M.; PEREIRA, MARIA. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0812.pdf. Acessado em 09/07/2009.

INTEGRAÇÃO. **Estudo do Banco Mundial aponta que o crescimento econômico na América Latina está ligado a redução dos níveis de pobreza.** Disponível em: <http://integracao.fgvsp.br/ano9/05/pesquisas.htm>. Acessado em: 09/07/2009.

JUNIOR, J. **Pobreza como privação de capacidades ou pobreza como destituição de direitos:** alcances e impasses no pensamento de Amartya Sen. 2006. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/_224_818ce4cc191e2ea169e009b81f08990b.pdf. Acessado em 09/07/2009.

MARSHAL, Alfred. **Princípios de economia:** tratado introdutório. 8ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Vol. I. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo. 2006.

MARX, Karl. **A ideologia alemã:** Feurbach – A oposição entre as concepções materialistas e idealistas. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 8ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. I.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 8ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. II.

MEDEIROS, C. **Padrões de crescimento, distribuição de renda e pobreza: lições da experiência da América Latina**. 2007. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/_915_84765d5c08bdfaa93172891ac78af497.pdf. Acessado em 14/03/2009.

MEDEIROS, M. **A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza**. Brasília: IPEA. TD n. 812, 2001.

MONTEIRO, C. **Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/03.pdf>. Acessado em 09/07/2009.

OLIVEIRA, M. **Ética e economia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

REIS, C.; OLIVEIRA, M.; PINHEIRO, L. **A pobreza na América Latina após as Reformas Estruturais: a permanência da iniquidade**. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/_627_d0f0bdf11a1312c206e530abfdd253e1.pdf. Acessado em 26/07/09.

REVISTA NOVOS RUMOS. São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira – Instituto de Projetos e Pesquisas sociais e Tecnológicas, ano 21, 2006. Nº 12.

RIMA, Ingrid Hahne. **História do pensamento econômico**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 1977.

ROCHA, S. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA. TD n. 720, 2000.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond LTDA, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 8ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. I. (Coleção Os Economistas).

SOUZA. C.; CARNEIRO. R. **Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n3/07.pdf>. Acessado em: 17/06/2009.

TORRES, H.; BICHIR, R.; CARPIM, T. **Uma pobreza diferente?** Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29637.pdf>. Acessado em 09/07/2009.

UGÁ, V. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>. Acessado em 26/07/2009.

Anexo 1 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial no ano de 1990 (capa)

Public Disclosure Authorized

World Development Report 1990

PUB8507

POVERTY

Public Disclosure Authorized



WORLD DEVELOPMENT INDICATORS

Anexo 2 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 1990 (sumário – parte 1)



Contents

Acronyms and initials	<i>ix</i>
Definitions and data notes	<i>x</i>
Overview	<i>1</i>
Poverty today	<i>1</i>
Policies for attacking poverty	<i>2</i>
The politics of poverty	<i>3</i>
Reaching the poor	<i>3</i>
Aid	<i>4</i>
What can be achieved?	<i>4</i>
The challenge for the 1990s	<i>5</i>
1 Diverging trends in the world economy	<i>7</i>
Recent developments in the world economy	<i>7</i>
The diverging performance of developing countries in the 1980s	<i>10</i>
Prospects for the 1990s	<i>15</i>
2 What do we know about the poor?	<i>24</i>
Three poor families	<i>24</i>
Measuring poverty	<i>25</i>
The characteristics of the poor	<i>29</i>
From diagnosis to treatment	<i>38</i>
3 Progress on poverty: lessons for the future	<i>39</i>
Changes in poverty	<i>39</i>
Factors influencing country performance	<i>45</i>
What is the critical tradeoff?	<i>51</i>
4 Promoting economic opportunities for the poor	<i>56</i>
The pattern of growth and the incomes of the poor	<i>56</i>
Increasing the participation of the poor in growth	<i>64</i>
Reaching resource-poor areas	<i>71</i>
Policies for poverty-reducing growths	<i>73</i>
5 Delivering social services to the poor	<i>74</i>
Social sector policies	<i>74</i>
Investing in people	<i>79</i>
Providing access for the poor	<i>82</i>
Lessons for the next decade	<i>88</i>

Anexo 3 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 1990 (sumário – parte 2)

6	Transfers and safety nets	90
	Public provision of transfers and safety nets	91
	Food pricing and distribution policies	92
	Public employment schemes	97
	Caring for those left out	100
	The role of transfers and safety nets	101
7	The 1980s: shocks, responses, and the poor	103
	Short-run policy and household welfare	103
	Macroeconomic policy and the poor	104
	Public expenditure restructuring and the poor	116
	Lessons for adjustment in the 1990s	120
8	International factors in reducing poverty	121
	Trade and poverty	127
	Debt and poverty	126
	Aid and poverty	127
9	Prospects for the poor	138
	Poverty at the end of the century	138
	Regional differences in poverty	139
	The potential for action	143
	Bibliographical note	144
	Statistical appendix	159
	World Development Indicators	169
	Boxes	
1.1	Reform in the Eastern European economies	9
1.2	Politics and economic performance	12
1.3	World military expenditures in the 1990s	17
1.4	Mexico's economic prospects after Brady	21
1.5	Going bananas in the European Community, 1992	22
2.1	How should we measure living standards?	26
2.2	Does how we measure poverty really matter?	28
2.3	Village-level perspectives on asset poverty	33
2.4	Moving in and out of poverty in rural India	35
3.1	Development in a Javanese village	41
3.2	Poverty in Africa	42
3.3	The mechanics of changes in poverty	47
3.4	Growth, real wages, and poverty: the United Kingdom and the United States, 1770 to 1920	50
3.5	Political coalitions and the poor	52
3.6	Tradeoffs and poverty: a simple simulation model	53
4.1	Agricultural policies in Brazil favor large farmers	59
4.2	Infrastructural development and rural incomes in Bangladesh	60
4.3	The impact of technological change on women	61
4.4	Does rural-to-urban migration help or hurt the poor?	62
4.5	The merits of selective land reform: Northeast Brazil	65
4.6	Land tenure systems in Sub-Saharan Africa: the case of Rwanda	66
4.7	Learning from informal finance in Sub-Saharan Africa	67
4.8	Developing appropriate technologies for subsistence farmers in Bihar	70
4.9	Groundwater irrigation in South Asia: reaching the landless	71
4.10	Protecting the environment and reducing poverty: China's experience in the Loess Plateau	72
5.1	Adult health: a neglected issue of growing importance	78
5.2	Education and economic growth	80
5.3	Safe motherhood	83

Anexo 4 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2000/2001 (capa)

RELATÓRIO SOBRE O
DESENVOLVIMENTO MUNDIAL ²⁰⁰⁰/₂₀₀₁

LUTA CONTRA A POBREZA

Panorama Geral

Banco Mundial
Washington, D.C.

Anexo 5 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2000/2001 (sumário – parte 1)

Sumário do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial ^{2000/2001}

Panorama Geral Luta contra a Pobreza: Oportunidade, Autonomia e Segurança

A história de Barabai
Pobreza num mundo desigual
Uma estratégia de redução da pobreza
Da estratégia à ação
Colaboração na luta contra a pobreza

Primeira Parte Esquema Conceptual

Capítulo 1 Natureza e Evolução da Pobreza

Dimensões da pobreza
Medir as múltiplas dimensões da pobreza
Evolução da pobreza

Capítulo 2 Causas da Pobreza e Esquema de Ação

Causas da pobreza
Esquema de ação

Segunda Parte Oportunidade

Capítulo 3 Crescimento, Desigualdade e Pobreza

Crescimento econômico e redução da pobreza
O que promove o crescimento econômico?
Por que taxas semelhantes de crescimento estão associadas com taxas diferentes de redução da pobreza?
Crescimento econômico e privação

Capítulo 4 Como os Mercados Podem Beneficiar os Pobres

As reformas de mercado produziram crescimento?
As reformas de mercado beneficiaram os pobres?
Os mercados devem fazer mais pelos pobres

Capítulo 5 Aumentar o Patrimônio dos Pobres e Reduzir a Desigualdade

Bens e suas sinergias
Ação pública para facilitar a acumulação de bens
Redistribuição do gasto público
Reformas institucionais para uma ação eficaz: governo, mercados e concorrência
Participação: escolha, monitoramento e responsabilidade
Complementaridade na ação pública

iii

Anexo 6 - - Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2000/2001 (sumário
- parte 2)

Terceira Parte Autonomia

Capítulo 6 Instituições Estatais Mais Sensíveis aos Pobres

Administração pública e redução da pobreza
 Os pobres e o império da lei
 A descentralização pode beneficiar os pobres
 A política da redução da pobreza: coalizões em prol dos pobres
 Regimes políticos e pobreza

Capítulo 7 Eliminar as Barreiras Sociais e Fortalecer as Instituições Sociais

Discriminação por sexo e pobreza
 Estratificação social e pobreza
 Fragmentação social e conflito
 Fortalecer as instituições sociais e o capital social

Quarta Parte Segurança

Capítulo 8 Ajudar os Pobres a Enfrentar os Riscos

Uma tipologia dos riscos
 A natureza e magnitude da vulnerabilidade
 Respostas das famílias e comunidades ao risco
 Políticas para melhorar o controle dos riscos

Capítulo 9 Enfrentar as Crises Económicas e Catástrofes Naturais

Prevenir e enfrentar as crises económicas
 Reduzir a vulnerabilidade a catástrofes naturais

Quinta Parte Ações Internacionais

Capítulo 10 Mobilizar as Forças Globais para os Pobres

Ampliar o acesso aos mercados nos países de renda alta
 Reduzir o risco de crises económicas
 Produzir bens públicos internacionais que beneficiem os pobres
 Assegurar a voz dos pobres nos fóruns globais

Capítulo 11 Reformar a Cooperação Internacional para Atacar a Pobreza

Fazer com que a assistência reduza a pobreza
 Aliviar a carga da dívida dos países pobres

Nota Bibliográfica

Indicadores Seleccionados do Desenvolvimento Mundial

POVERTY REDUCTION AND GROWTH:
VIRTUOUS AND VICIOUS CIRCLES

Anexo 8 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2006 (sumário – parte
1)

Contents

Foreword	xii
Acknowledgments	xiii
Acronyms and Abbreviations	xv
Chapter 1: From Vicious to Virtuous Circles	1
Poverty as a multidimensional and dynamic concept	1
The twin disappointments: 'Destiny or choice?'	2
The link from growth and development to income-poverty reduction	4
Closing the virtuous circle: The link from poverty to growth	5
Global convergence clubs	6
Does poverty matter for growth?	7
Regional convergence clubs	8
Household-level poverty traps	9
Implications of the report	11
Pro-growth poverty reduction	15
Notes	19
Chapter 2: Dimensions of Well-Being, Channels to Growth	21
Income poverty	21
Beyond income and consumption	27
Why not just ask them?	29
Snapshots vs. movies: Life-cycle welfare, mobility, and risk	31
Intergenerational mobility	37
Conclusion	40
Annex 2A: Estimating the monetary value of mortality changes	41
Annex 2B: A tractable welfare measure that captures income, mobility, and risk	42
Annex 2C: Intergenerational mobility in Latin America: Country comparison	42
Notes	42
Chapter 3: How Did We Get Here?	45
Per capita income in Latin America: A long-run comparative perspective	46
Long-run inequality	53
Notes	56
Chapter 4: The Relative Roles of Growth and Inequality for Poverty Reduction	57
The relative roles of growth and income distribution for poverty reduction	59
Growth and inequality: Bringing country specificity into the picture	63
Concluding remarks	70
Annex 4A: Testing for lognormality of income	71
Notes	72

Anexo 9 – Relatório sobre pobreza do Banco Mundial do ano de 2006 (sumário – parte 2)

CONTENTS

Chapter 5: Pro-Poor Growth in Latin America	75
Are all pro-growth policies equally pro-poor?	76
Does the composition of growth matter?	89
The role of taxes and transfers in reducing income inequality	92
Concluding remarks	100
Annex 5A: Simulating the impact of pro-growth policies on poverty	101
Notes	102
Chapter 6: Does Poverty Matter for Growth?	103
A poverty-traps view of the development process	104
Empirical evidence on poverty traps	108
What is the empirical evidence on poverty's impact on growth?	115
Transmission channels from poverty to growth?	118
Concluding remarks	123
Annex 6A	124
Notes	126
Chapter 7: Subnational Dimensions of Growth and Poverty	129
What is spatial inequality, how is it measured, and what are the regional trends?	129
Identifying spatial concentration	130
Why do we observe regional convergence clubs?	135
Does migration work as an equilibrating mechanism?	138
The link back to growth and policy issues	139
Conclusions	143
Notes	143
Chapter 8: Microdeterminants of Income: Labor Markets, Poverty, and Traps?	145
The distribution of earnings: The role of worker endowments and labor markets	146
Microdrivers of changes in the income distribution	151
Determinants of income dynamics: Lessons from rural El Salvador	152
Implications for policies	159
Annex 8A: Data and methodological details	160
Notes	162
Chapter 9: Breaking the Cycle of Underinvestment in Human Capital in Latin America	165
The educational transition in the region: Slow and unbalanced progress	166
Poverty and human capital: A two-way relationship	167
Human capital formation: Sources of underinvestment traps	169
The educational ladder in Latin America: A persisting educational divide	171
Liquidity constraints, family factors, and educational investments: A sneak preview	178
The private value of schooling: How much does it pay? To whom?	181
Short-term or long-term poverty: Which is more pressing for schooling investments?	190
Implications for human capital formation policies	194
Investing now: The demographic window of opportunity	196
Annex 9A: Data and methodological details	197
Notes	199
Bibliography	203
Index	217

Boxes**Chapter 2**

2.1 Income poverty lines	23
2.2 National accounts and household survey-based growth: How different are they?	25
2.3 Inflation inequality: What really happened to LAC poverty and inequality	26
2.4 Mobility and poverty traps	32
2.5 Is it inequality or risk? Maybe Latin America has less inequality than we thought	34
2.6 ... Or maybe more: Inequality and demographics	35